

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM FINANÇAS

**AS MOTIVAÇÕES E EFEITOS EM PROCESSOS DE
FUSÃO E AQUISIÇÃO:
O CASO DO BANCO TOTTA-ALIANÇA.**

RAQUEL DO NASCIMENTO AQUINO PARENTE

Orientação: Professor Doutor Pedro José Marto Neves

Júri:

Presidente: Professora Doutora Maria Teresa Medeiros
Garcia

Vogal: Professora Doutora Rita da Conceição Cardoso
Martins de Sousa

Julho/2011

Agradecimentos

Cada pessoa, segundo a sua crença e/ou cultura dá uma ordem peculiar ao seus agradecimentos, a minha terá uma ordem cronológica...

Agradeço a Deus minha fonte de vida e renovação primeira, uma vez que “porque dele por ele e para ele são todas as coisas!”

Aos meus pais, e às minhas irmãs Ana Patrícia e Ana Maria por tudo que sempre fizeram por mim.

À minha filha Ana Ellen que é a pessoa mais parecida comigo que eu conheço! Que enche meu coração de alegria e os meus dias de muita côr.

Ao meu marido Joaquim Parente, meu amor, por toda a dedicação com a nossa família, por todo o apoio que me deu para que eu pudesse realizar este projecto, por todas as vezes que acreditou em mim e me incentivou, por todas as vezes que apontou soluções quando o desalento aparecia.

À minha Cunhada Grayciane Parente, pela amizade, pelos incríveis momentos de descontração, risos e conversas que contribuíram para a minha boa disposição, pois sem disposição, não há inspiração!

Aos meus colegas de faculdade tais como: Victor Barros, Vladimir, Paulo Rodrigues Helder Semedo, Cristina Santos, Deyze Tavares, Lina Lima, Nádia Almeida, Nadina Vicente, Esperança Cadete, Andrea Teles, Ana Espada, Lídia Costa, Silvestre Dumbo, pessoas que nunca esquecerei, e para garantir isto fica aqui o registo, muitíssimo obrigada a todos!

Ao meu orientador Professor Pedro Neves pela paciência e disponibilidade, não sei se todos os mestrandos podem dizer o mesmo dos seus orientadores, foi realmente uma dádiva tê-lo como orientador. Aproveito também o momento para agradecer a Professora Rita Martins que apresentou-me ao Professor Pedro Neves.

Ao Professor João Carvalho das Neves, que mesmo sem me conhecer recebeu-me em seu gabinete e deu-me sugestões no que diz respeito a parte empírica deste projecto.

Enfim, agradeço a todas as pessoas, mencionadas ou não, que contribuíram de alguma forma para realização deste projecto, não teria conseguido sozinha, Deus os abençoe!

Resumo

Este trabalho procurou analisar as motivações e os efeitos associados à realização da fusão ocorrida em 1961 entre o Banco José Henriques Totta, de Lisboa e o Banco Aliança, do Porto, ambos centenários, numa época em que o sistema bancário português vivia uma vaga de fusões. Foi utilizada a análise do desempenho observado, ou análise contabilística, como metodologia de avaliação dos efeitos tendo em vista determinar as motivações que estiveram na origem deste processo de concentração. A análise permitiu constatar que não se verificaram ganhos relevantes de eficiência resultantes da fusão, podendo-se concluir que a concentração foi motivada por razões de ordem estratégica que se prenderam com a necessidade dos bancos envolvidos adquirirem maior dimensão.

Palavras-chave: Fusões e aquisições, banca, concentração.

Abstract

This study intended to analyze the motivations and the effects associated with the merger occurred in 1961 between the centenarian banks José Henriques Totta, based in Lisbon, and Aliança from Oporto, at a time where the Portuguese banking system was experiencing a wave of mergers. The evaluation of the merger effects followed the accounting-based performance methodology and aimed at identifying the causes that stood behind this concentration process. The analysis didn't reveal any significant gains in efficiency resulting from this merger, which may lead us to conclude that it was rather motivated by strategic reasons held on the banks need to acquire dimension.

Keywords: Mergers & acquisitions, banking, concentration.

Lista de Figuras

Figura 1- Evolução do crédito e dos depósitos (10^3 contos) de 1950 a 1970	21
Figura 2 - Activo Total, Totta e Aliança e média do Grupo de Controlo (10^3 contos)... 32	
Figura 3 – Taxa de crescimento do Capital Próprio, Totta, Aliança e Grupo de Controlo de 1956 a 1960.....	33
Figura 4 - Rendibilidade do Capital Próprio, Totta e Aliança 1956-1960	36
Figura 5 – Taxa de Crescimento Resultado Líquido, Totta e Aliança de 1956 a 1960..	37
Figura 6 – Taxa de Crescimento Activo Total, Totta-Aliança, Grupo de Controlo e Banca Comercial de 1956 a 1966	39
Figura 7 – Rendibilidade do Capital Próprio Totta-Aliança e Grupo de Controlo de 1956 a 1966	42

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Indicadores Financeiros.....	30
Tabela 2 - Indicadores Económicos.....	31
Tabela 3 - Autonomia Financeira, Totta e Aliança 1956-1960	34
Tabela 4 – Liquidez Imediata, Totta e Aliança 1956-1960	34
Tabela 5 - Financiamento do Activo Financeiro pelo Passivo Financeiro, Totta e Aliança 1956-1960	35
Tabela 6 - Cobertura do crédito pelos depósitos Totta e Aliança 1956-1960	36
Tabela 7 – Sistematização da Demonstração de Resultados, Totta e Aliança em 1960 (10 ³ escudos)	38
Tabela 8- Os rácios económicos Totta e Aliança – 1960	38
Tabela 9 – As principais rubricas do Totta-Aliança, Grupo de Controlo e Banca Comercial (10 ³ contos)	40
Tabela 10 – Índices Financeiros	41
Tabela 11 – Índices Económicos	42

Lista de abreviaturas

AE- Autofinanciamento do exercício

AF- Activo financeiro

AT - Activo Total

BCP – Banco Comercial Português

BPA - Banco Português do Atlântico

CP - Capital próprio

CUF – Companhia União Fabril

FC – Fluxo de caixa

IM - Valor das contribuições e impostos

MC- Margem complementar

MF – Margem financeira

OECE - Organização Europeia para a Cooperação Económica

PF – Passivo financeiro

PIB – Produto interno bruto

PT – Provento total

RAI- Resultado antes dos impostos

RL– Resultado líquido

RLE – Resultado líquido do exercício

ROA – Return on assets

ROE – Return on equity

UEP - União Europeia de Pagamentos

VAB – Valor acrescentado bruto

Índice

Agradecimentos	1
Resumo	2
Abstract.....	3
Lista de Figuras	4
Lista de Tabelas	5
Lista de abreviaturas	6
1. Introdução	9
2. Revisão da literatura	11
2.1 Tipologias das F&A	12
2.2 Motivações das F&A Bancárias	14
2.3 Os efeitos das F&A Bancárias.....	16
3. Enquadramento e descrição do caso	19
3.1 A economia portuguesa nas décadas de 50 e 60.....	19
3.2 O sector bancário	20
3.3 Os grupos económicos.....	21
3.4 O Banco Totta-Aliança.....	22
3.4.1 A origem do Banco José Henriques Totta	22
3.4.2 A Origem do Banco Aliança	24
3.4.3 A Fusão do banco José Henriques Totta com o Banco Aliança.....	25
4. Avaliação dos efeitos da Fusão	27
4.1 Aspectos Metodológicos.....	27
4.1.1 As fontes	28
4.1.2 Indicadores utilizados	29
4.2 Análise empírica	31
4.2.1 Análise individual dos bancos antes da Fusão.....	31

4.2.2 Análise do conjunto Totta-Aliança antes e após a fusão, face ao Grupo de Controlo	38
5. Conclusão	44
6. Bibliografia.....	46
Anexos	49

1. Introdução

As Fusões & Aquisições, doravante denominadas F&A, são uma forma importante de crescimento empresarial, que facilita a mobilização de recursos e potencia as economias de escala necessárias no reforço competitivo dos negócios.

O estudo das motivações das F&A e dos efeitos por elas causados têm sido tópicos importantes da discussão académica na área das finanças empresariais. Existem vários trabalhos de referência sobre o tema, analisando as causas e consequências deste tipo de operação a partir de casos concretos, com diferentes tipos de abordagem (nacional, sectorial, etc.).

No âmbito do estudo das F&A, tem sido dada especial atenção ao sector bancário. Esse facto é devido, não só à grande dimensão que normalmente essas operações atingem nesse sector, mas também à elevada importância que os bancos assumem no funcionamento da economia dos países (Berger et al, 1997, Dymski, 2002, Vallascas e Hagendorff, 2010).

As F&A tornaram-se o principal meio de expansão dos bancos, especialmente para aqueles que procuram o domínio no mercado financeiro global. Segundo Altunbas, Ibáñez (2004), o volume deste tipo de transacções tende a aumentar porque os motivos que sustentam a actual vaga de F&A (evolução tecnológica e globalização) continuarão a existir; referem ainda que o número de bancos por milhar de habitantes na União Europeia é quase o dobro do existente nos Estados Unidos o que associado ao elevado grau de heterogeneidade entre os diferentes países da União Europeia, propicia espaço para concentração bancária.

Costa (2003) e Guedes (2004) efectuaram estudos sobre fusões bancárias realizadas em Portugal; no entanto estes estudos tratam de operações recentes, não tendo, até a data, sido abordadas operações realizadas antes de 1975.

O presente trabalho pretende contribuir para o reforço do estudo das fusões no sector bancário português, através da análise da fusão entre o Banco José Henriques Totta e o Banco Aliança, ocorrida em 1961, visando dar resposta às seguintes questões centrais:

- a) Que motivações estiveram na base da fusão entre os dois bancos?
- b) Quais foram os efeitos desse processo no desempenho da nova entidade?

Os dois bancos objecto deste estudo eram, à data da fusão, empresas centenárias e com dimensões que os colocavam numa posição intermédia no seio do sistema bancário português. Este processo de fusão acompanhou uma tendência geral de concentração empresarial que se viveu então na economia portuguesa e em especial no sector bancário, tendo sido um dos passos essenciais na estratégia da construção de um grande banco de cobertura nacional.

A operação de fusão em análise, bem como todas as que ocorreram antes das nacionalizações que tiveram lugar em 1975, não foi ainda objecto de estudo detalhado. O mérito deste trabalho reside no reforço do conhecimento sobre as fusões ocorridas em Portugal numa época em que o contexto político, económico e social era particularmente distinto daquele que se veio a verificar após a democratização do País. Assim, o seu estudo apresenta uma grande relevância, não só por permitir um aumento do conhecimento da operação em concreto, mas também por potenciar futuros estudos e comparações.

A investigação será desenvolvida em duas fases, a primeira de cariz mais descritivo e a segunda abordando aspectos quantitativos associados ao processo de fusão. Começa-se por analisar o contexto institucional, macroeconómico e sectorial subjacente ao processo de fusão em estudo, procurando-se também descrever o historial da entidade bancária antes da concretização da fusão. A segunda fase tem por objectivo confrontar a situação individual dos dois bancos anteriormente à fusão com a situação da entidade bancária resultante da concentração de modo a identificar as alterações relevantes do ponto de vista da solvência, rendibilidade, quota de mercado, liquidez, entre outros.

2. Revisão da literatura

As fusões têm ocorrido normalmente em padrões cíclicos, ou seja, períodos de intensa actividade de concentração foram seguidos por períodos de intervalo com menor número de fusões. Historiadores e especialistas em F&A identificam cinco vagas de fusão na história dos Estados Unidos. A data de início e a duração de cada uma dessas vagas diferem ligeiramente de autor para autor, podendo ser compatibilizadas da seguinte forma¹:

- Primeiro período (1893 a 1904) – Ocorreram muitas fusões horizontais na indústria de aço, mineração, petróleo, telefone e caminhos-de-ferro. As leis *antitrust* aplicáveis às fusões horizontais, posteriormente promulgadas em 1904 pelo Supremo Tribunal dos EUA, foram apontadas como causa principal para o fim da primeira onda de fusões.
- Segundo período (1919 a 1929) – Houve consolidação das indústrias que foram objecto da primeira vaga tendo-se verificado um aumento muito significativo da integração vertical. Os principais fabricantes de automóveis surgiram neste período. A grande depressão de 1929 terminou esta onda.
- Terceiro período (1965-1969) – Foi marcado pela ocorrência de fusões do tipo conglomerado. As fusões horizontais que ocorreram durante esta vaga de fusões foram objecto de aplicação rigorosa da legislação *antitrust*.
- Quarto período (1981-1989) - Embora a maioria das fusões que ocorreram neste período tenham sido "amigáveis", aconteceram, no entanto, aquisições mais hostis relativamente àquelas ocorridas em vagas anteriores. Foi durante esta vaga de fusões que o termo "investidor agressivo", entrou no vocabulário norte-americano.

¹ Vários são os estudos que fazem referência a essas vagas de fusões; entre eles Lipton (2006), Brealey, Myers e Allen (2007).

- Quinto período (1993 a 2000) – As fusões ocorridas tiveram uma dimensão semelhante relativamente às da quarta vaga, registando-se um decréscimo das aquisições hostis. Ao contrário do sucedido com as fusões da vaga anterior, que foram executadas a curto prazo, as fusões deste período destacaram-se pelas estratégias empresariais de longo prazo.

Um estudo realizado por Kleinert, Klodt (2002) sobre as causas e as consequências das vagas de fusões conclui que a desregulamentação e a globalização são os factores responsáveis pela intensa actividade de concentração mundial que iniciou a quinta onda. Tal conclusão relaciona o aumento da actividade com as directivas do Mercado Único Europeu sobre a diminuição das barreiras transfronteiriças para as companhias de seguro, por exemplo, e ainda com o facto de a globalização permitir que as empresas participem em actividades de fusão no plano internacional.

Lipton (2006) cita ainda uma sexta vaga que teve início em 2003, que terá sido motivada pela globalização, pelo incentivo por parte dos governos de alguns países (por exemplo, França, Itália e Rússia) para criar fortes referências nacionais ou mundiais, pela ascensão nos preços das *commodities*, pela disponibilidade de financiamento a juros baixos, pelos fundos de cobertura (combinação de investimentos de curto e longo prazo com o fim de garantir uma cobertura da carteira frente a movimentos do mercado), e pela intervenção dos accionistas na gestão da empresa.

2.1 Tipologias das F&A

A classificação das F&A está relacionada com os diferentes tipos de estratégias que estão na origem do processo, ou seja, a forma como uma F&A é tipificada varia de acordo com o objectivo que os responsáveis das empresas pretendem alcançar. As aquisições do ponto de vista estratégico são normalmente classificadas da seguinte forma²:

² Neves (1999), Matos e Rodrigues (2000), Ross, Westerfield e Jaff (2002) apresentaram uma caracterização semelhante.

Horizontais:

Referem-se a F&A entre empresas que actuam no mesmo tipo de produto, mercado ou tecnologia, ou seja, as empresas envolvidas são concorrentes entre si. As vantagens deste tipo de aquisições são a possibilidade de alcançar economias de escala, o aumento da oferta de produtos e alargamento de mercados e a criação de sinergias que podem ser de *marketing* ou de produção. No entanto, há que adicionar ainda, o valor que advém dos consumidores (fornecedores) para os sócios e accionistas dessas empresas.

Verticais

Envolve empresas situadas em níveis diferentes na cadeia de produção que procuram economias por via da integração vertical e do controlo sobre o processo produtivo; isto é, a empresa alvo pode estar a montante, na direcção da fonte de matérias-primas ou dos fornecedores, ou a jusante, na direcção dos consumidores. Apesar de existirem menos efeitos negativos, quando comparados com os das F&A horizontais, este tipo de fusão pode promover o aumento de barreiras à entrada de novas empresas no mercado. Isto pode acontecer, por exemplo, quando a empresa resultante passa a deter o monopólio de algum elemento de produção estratégico ou elo da cadeia produtiva.

As principais motivações que sustentam a escolha por este tipo aquisição poderão ser: a eliminação ou redução de custos de pesquisa, a coordenação da produção, a publicidade e outros custos de transacção, o acesso a outros mercados, a garantia de qualidade dos produtos ou dos fornecimentos de matéria-prima, a melhoria no planeamento de inventários e de produção devido a fluxos de informação mais eficientes, a redução dos aspectos cíclicos ou sazonais e com incerteza na procura, a redução do período de falhas no mercado com influência na actividade da empresa e a maior proximidade do cliente final. De destacar que podem aproveitar-se sinergias, neste tipo de aquisição, desde que a tecnologia utilizada na cadeia de produção seja semelhante.

Diversificação

Envolve empresas de ramos distintos e subdivide-se em diversificação pura e concêntrica. Na diversificação pura a actividade da empresa alvo não tem qualquer ligação com a da empresa adquirente. A estratégia por via desse tipo de aquisição leva a formação de conglomerados e portanto, a razão da opção é apenas financeira. Já a

diversificação concêntrica são diversificações com alguns elos de ligação, tais como marketing e/ou tecnologia.

As razões que levam à opção por este tipo de fusão dizem respeito ao aproveitamento de oportunidades de negócio em diferentes sectores de actividade, à flexibilidade e oportunidade, à segurança/robustez e gestão do risco mediante a diversificação de actividades.

2.2 Motivações das F&A Bancárias

Tendo como base a literatura consultada, o estudo que melhor sintetiza as motivações para a realização de F&A bancárias foi realizado por Gupta, Chevalier (2002) que aponta como razões para a F&A bancárias os ganhos de eficiência e as razões estratégicas.

Ganhos de eficiência

Os ganhos de eficiência de um banco podem ser obtidos através da consolidação da sua actividade com a de outros bancos, com vista a adquirir dimensão suficiente para beneficiar de economias de escala e de gama.

A economia de escala resulta dos benefícios proporcionados pela redução de custos (eliminando a sobreposição de operações produzidas por bancos numa dada área geográfica) e pelas vantagens associadas à maior capacidade de gestão e absorção do risco financeiro (diversificação do risco). A dimensão figura como uma enorme vantagem, uma vez que a junção de várias empresas reduz o risco do grupo e a volatilidade das receitas.

Os ganhos de eficiência associados à economia de gama resultam da redução dos custos por via da produção de diferentes bens ou serviços por uma única empresa ao invés de produzidos por várias empresas, cada uma produzindo um único produto. As possíveis origens da diminuição de custos por via das economias de gama estão na reutilização da informação (os bancos são essencialmente intermediários da informação e as

informações produzidas relativamente ao crédito são de grande utilidade), na transferência de reputação (os clientes esperam que os procedimentos e prudência, característicos de um banco adquirente, sejam efectivamente transferidos para a empresa adquirida) e ainda nas vantagens da diversificação de produtos na óptica da receita (uma oferta simultânea de uma gama alargada de produtos pode tornar o produto final mais atractivo para o potencial cliente, proporcionando ao banco a cobrança de um preço final mais elevado).

Razões estratégicas

Entre as razões estratégicas que podem motivar as F&A bancárias realçam-se:

- **O aumento da concorrência.** O excesso de capacidade no sector bancário tem levado os bancos a competirem inter-regionalmente. Alguns bancos executam alianças e fusões estratégicas de modo a estabelecer uma plataforma em mercados até então inexplorados.
- **O efeito dominó** que tipifica o surgimento das fusões no âmbito de uma onda que ninguém deve perder;
- O argumento *too big to fail* que poderá justificar, por exemplo, a intervenção estatal para salvar um banco com dimensão estratégica afim de evitar o efeito de contágio que possa colocar em risco o sistema financeiro de um país;
- A teoria do *empire building*³ coloca a ambição da remuneração e do poder dos gestores como mola para o aumento de dimensão do banco dado que são factores que estão directamente relacionados.

Para além das razões anteriormente citadas, Siam (2009) acrescenta dois motivos para a realização de fusões bancárias:

³ Gorton e Rosen (1995) referem que o principal motivo para fusões de bancos é a construção de um império feito por gestores que procuram um controle corporativo.

- **Possibilidade de acesso rápido aos canais de distribuição** (ex: apetite da companhias seguradoras pelo acesso a agências bancárias como forma de vender os seus produtos);
- **Possibilidade de acesso a um novo mercado geográfico** - este tipo de consolidação é conhecida como diversificação internacional. Para um banco comercial estrangeiro, existem obstáculos significativos à entrada num dado país, o que torna difícil estabelecer uma rede eficiente e eficaz de filiais em países estrangeiros a curto prazo. Na maioria das vezes a aquisição de um banco nacional é a única forma viável para aceder a esse mercado.

Vincenzo, Doria, Salleo (2006) referem a teoria da agência⁴ como motivo para a realização de fusões bancárias, acrescentando ainda como argumento o facto dos administradores da empresa adquirente acreditarem que podem utilizar de forma mais eficiente o excesso de recursos existentes na empresa alvo.

Samuels, Wilkes (1996) referem ainda a eliminação de uma má gestão financeira e a obtenção de vantagens fiscais. Segundo os mesmos autores, o poder de mercado também pode figurar como razão para a concentração bancária. No entanto, Ross, Westerfield e Jaffe (2007) argumentam que caso o poder de mercado seja aumentado por via da concentração todas as empresas do ramo acabam por ser beneficiadas com a elevação dos preços dos produtos e/ou serviços do sector.

2.3 Os efeitos das F&A Bancárias

Rhoades (1994)⁵ analisou trinta e nove operações de fusão e aquisição bancárias, ocorridas no período de 1980 a 1993, tendo concluído que não há indícios que

⁴ A teoria de agência refere que existe um conflito natural entre os interesses dos accionistas, dos gestores e dos credores da empresa. Ryan (1999), argumenta que a maioria das aquisições bancárias não são em prol dos interesses dos accionistas. O mercado estima os custos destes conflitos de interesses e leva-os em conta na cotação das acções da empresa, que serão subvalorizadas em função dos mesmos.

⁵ Metade desses estudos utilizou fundamentalmente uma metodologia diferente daquela utilizada pela outra metade: dezanove usaram “desempenho operacional” que observa o desempenho financeiro de uma empresa na sequência de uma fusão e vinte e uma utilizaram “event study”, que mede a reação dos preços das acções dos adquirentes e da empresa alvo aquando do anúncio de uma fusão (um estudo utilizou dois métodos).

comproven que existem melhorias no desempenho, no que diz respeito ao aumento de eficiência das instituições, rendibilidade e riqueza para o accionista. Não exclui, porém, que fusões daquele género, realizadas depois daquele período, possam vir a produzir resultados diferentes.

Pillof e Santomero (1996) consideraram dois métodos alternativos para estimar o efeito dos fenómenos de consolidação na eficiência e no valor dessas operações. O primeiro comparou a eficiência antes e após o processo de integração, enquanto o segundo analisou a reacção do mercado após o anúncio do processo de fusão e aquisição. O estudo concluiu que não existiram variações significativas em termos de eficiência.

Outros autores concluem que existem fortes evidências de que, tanto nos Estados Unidos como na Europa, os ganhos resultantes da consolidação resultam mais da redução de custos do que da diversificação da carteira e do aumento de receitas. Concluem ainda que as semelhanças existentes entre os bancos fusionados, do ponto de vista: geográfico, do produto e estratégico, estão na base do sucesso em termos de criação de valor e rendibilidade (Houston, Ryngaert, 1994, 1997; DeLong, 2001; Houston et al., 2001; Altunbas, Ibáñez, 2004).

Gupta, Chevalier (2002) concluíram que existe um aumento da eficiência resultante da concentração, verificando-se uma melhoria significativa quer nos rácios ROE e ROA quer no perfil de risco do banco após a fusão.

A aquisição do BPA pelo BCP, ocorrida no ano de 1995, foi estudada por Costa (2003), que refere ter existido uma melhoria pouco significativa dos indicadores económicos e financeiros após a fusão. Segundo o autor, verificou-se uma resposta positiva do mercado bolsista para o banco adquirido, não se tendo registado variação para o banco adquirente.

O estudo realizado por Siam (2009)⁶, revelou que a consolidação de bancos ajuda a nova entidade a adoptar novos procedimentos tendo como objectivo uma maior eficácia

⁶ O estudo apresentou as F&A como uma forma de reduzir custos e alcançar eficiência por meio de sinergias relacionadas às tecnologias de serviços eletrónicos.

e rapidez nas suas operações. Contudo, a evidência empírica não aponta claramente para ganhos de eficiência resultantes dos processos de fusão bancária, pelo que se poderá atribuir uma maior importância às razões estratégicas.

3. Enquadramento e descrição e do caso

3.1 A economia portuguesa nas décadas de 50 e 60

Nesta secção procura-se efectuar uma caracterização resumida da economia e da banca portuguesa durante as décadas 50 e 60, de modo a conhecer o contexto no qual se inseriam as instituições envolvidas neste estudo.

Durante as décadas posteriores à segunda guerra mundial, a economia portuguesa passou por um crescimento progressivo e a diferença que separava Portugal das economias mais desenvolvidas começou a diminuir de forma gradual, tendo o produto interno bruto real crescido a uma taxa anual acumulada de 5,4% entre 1947 e 1974. (Mata e Valério, 2003)

Portugal foi um dos países que, após o fim da 2ª Grande Guerra, aceitaram a ajuda americana no âmbito do Plano Marshall e consequentemente, tornou-se num dos membros fundadores da Organização Europeia para a Cooperação Económica (OECE) em 1948 e integrou o sistema de Câmara de Compensação da União Europeia de Pagamentos (UEP) em 1950.

A balança de pagamentos portuguesa, nos anos imediatos ao pós-guerra, registou uma deterioração significativa. Contudo, a partir de finais da década de 1940, apesar das importações continuarem a exceder largamente as exportações, as remessas dos emigrantes e os movimentos de capitais compensavam os saldos negativos da balança comercial. De igual modo, as receitas geradas pelo turismo constituíam uma rubrica cada vez mais importante da balança de transacções correntes. Estes factos evitaram que a moeda portuguesa seguisse a desvalorização da libra britânica em 1949. A decisão das autoridades monetárias portuguesas de desvalorizar a moeda em 15% relativamente ao dólar, conduziu ao equilíbrio da balança de pagamentos tendo-se mantido a estabilidade monetária durante a década de 50.

Durante a década de 50 as contas públicas correntes apresentavam saldos positivos significativos que financiaram muitos programas de investimento. Contudo, as contas públicas passaram a ter saldos negativos significativos durante a década de 60 (apesar da promulgação de uma reforma fiscal entre 1958 e 1966) devido aos gastos com a guerra colonial, com o programa de investimentos e despesas com a saúde, educação e segurança social, que entretanto aumentaram o seu peso no orçamento público.

Durante a década de 1960 Portugal não teve problemas significativos ao nível dos pagamentos ao exterior. O saldo negativo da balança comercial continuou a manter-se, porém compensado pelos fluxos positivos gerados pelas remessas dos emigrantes que assumiam um peso cada vez mais importante. As entradas de capital constituíam uma rubrica importante sabendo-se que a maior parte respeitavam a movimentos privados de capital (Mata e Valério, 2003).

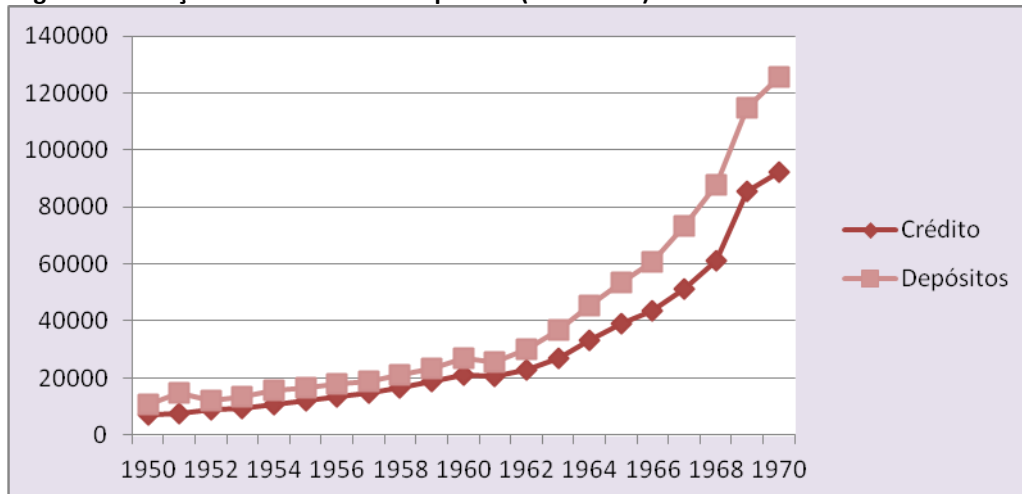
3.2 O sector bancário

O sector bancário português era regulado, à data da fusão em estudo, pelo Decreto-lei 42.641 de 12 de Novembro de 1959, que substituiu o enquadramento legal dado pelo Decreto-lei 10.634 de 20 de Março de 1925. O Decreto de 1959 considera como instituições de crédito: os institutos de crédito do Estado; os bancos emissores; os bancos comerciais e os estabelecimentos especiais de crédito. Os estabelecimentos especiais de crédito abrangem designadamente os bancos de investimentos, as caixas económicas, as cooperativas de crédito e a Companhia Geral do Crédito Predial Português. Não há informação sobre o número de bancos para todo o período analisado, segundo Valério (2010), existiam 38 bancos comerciais e casas bancárias em 1956.

A Figura 1 apresenta a evolução do crédito e dos depósitos, do conjunto dos bancos comerciais portugueses, no período de 1950 a 1970. Durante a segunda metade dos anos 60, assistiu-se à intensificação da concorrência entre os bancos instalados em Portugal (Remédio, 1981). O sector bancário foi obrigado a modernizar-se e a tornar-se mais atraente aos olhos do público, tendo-se acentuado um crescimento dos depósitos bancários entre o final da década de 60 e princípios dos anos 70. Para tal terão contribuído, segundo Remédio (1981), a expansão das remessas dos emigrantes, o

crescimento das receitas do turismo e a elevação das taxas de juro passivas, taxas essas que eram fixadas administrativamente.

Figura 1- Evolução do crédito e dos depósitos (10³ contos) dos bancos comerciais de 1950 a 1970



Fonte: Valério (2010)

Durante a década de 1960 e princípios da década de 1970 assistiu-se a uma vaga de fusões e aquisições bancárias em Portugal. As mais importantes foram: a fusão em estudo em 1961, a do Banco Burnay com o Banco Fonsecas Santos & Viana em 1967, e a fusão entre o Banco Lisboa & Açores com o Banco Totta Aliança em 1969.

3.3 Os grupos económicos

Um estudo realizado por Ribeiro, Fernandes, Ramos (1987), sobre a grande indústria, banca e grupos financeiros, mostra que a base do tecido empresarial português, desde a década de 60 até ao final de 1973, era constituída por quatro grandes grupos financeiros que se distinguiam do resto da estrutura empresarial do país pela capacidade de criar novos empreendimentos, habilidade em centralizar poupanças, capitais alheios, dimensão e diversificação sectorial que lhes proporcionavam uma maior capacidade de negociação com as grandes unidades empresariais estrangeiras. Estes quatro grupos ocupavam posições de topo na banca comercial e detinham simultaneamente o controlo accionista da grande indústria, definido, segundo o estudo, como o conjunto mais importante dos sectores de capital-intensivo e/ou concentrados da indústria portuguesa da época, com especial destaque para os sectores produtores de bens intermédios.

Os dois maiores grupos (Grupo CUF e Grupo Champalimaud), iniciaram suas actividades na grande indústria, enquanto que os outros dois grupos tinham sua origem nos principais bancos do país (Banco Português do Atlântico e o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa).

O Grupo CUF possuía uma estrutura distribuída em três núcleos principais: o processamento das pirites do Alentejo para a produção de ácido sulfúrico, base da indústria dos adubos e dos sulfatos, completada pela metalurgia e não ferrosos; o processamento de matérias-primas oriundas de África, nomeadamente das oleaginosas e das fibras duras, a partir das quais o grupo obtinha óleos alimentares, produtos de saboaria, sacaria, cordoaria e tapeçaria e o fabrico do tabaco. A estes núcleos vinham acrescentar-se companhias de navegação, um estaleiro naval em Lisboa, o Banco José Henriques Totta e uma seguradora, entre outras actividades.

O grupo Champalimaud apresentava, no início da década de 50, um perfil menos diversificado; detinha o mais importante complexo industrial do sector cimenteiro o qual se prolongava por Angola e Moçambique e entrara na indústria siderúrgica no período pós guerra. No sector financeiro tomou o controlo do Banco Pinto & Sotto Mayor e de várias companhias de seguro.

3.4 O Banco Totta-Aliança

Numa primeira fase abordar-se-á, de forma sucinta, a evolução centenária dos dois bancos até ao processo de fusão. Posteriormente apresentar-se-á uma compilação de informação considerada relevante sobre o processo de fusão.

3.4.1 A origem do Banco José Henriques Totta

O Banco José Henriques Totta tem a sua origem na casa de câmbios fundada por Fortunato de Oliveira Chamiço Júnior, no ano de 1843, na Calçada Nova de S. Francisco, em Lisboa.

José Henriques Totta foi feito sócio em 1889, e em 1893 passou a ser o único proprietário, quando o fundador da casa se retirou. O estabelecimento bancário, já com o nome do novo proprietário, mudou as suas instalações para a Rua Áurea, com o propósito de corresponder às responsabilidades resultantes da franca expansão e desenvolvimento dos negócios, alicerçados na forte confiança da vasta clientela anteriormente constituída (não só da praça de Lisboa, como também de outras praças do País e do estrangeiro).

Um grande industrial português da época, Alfredo da Silva, da Companhia União Fabril, na sequência de uma injeção de capital que efectuou em 1921, proporcionou o impulso regenerador de que precisava a instituição, convertendo-a de sociedade em nome colectivo para sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

Após a morte de Alfredo da Silva, em 1942, a organização foi transferida para sua herdeira Amélia Dias de Oliveira da Silva de Mello. O seu marido, Manuel Augusto José de Mello, com o auxílio de seus filhos Jorge Augusto Caetano da Silva José de Mello e José Manuel da Silva José de Mello, assumiu a administração da Casa Bancária que passou de sociedade por cotas José Henriques Totta Ld^a, para Banco José Henriques Totta S.A.R.L., tendo o seu estatuto sido aprovado em 1953, com o Capital Social de 50.000.000\$00 (distribuídos por 50.000 acções de 1.000\$00), subscrito pelos seguintes accionistas: Sociedade Geral do Comércio, Indústria e Transportes, 34.400.000\$00; Manuel Augusto José de Mello, 5.000.000\$00; Amélia Dias de Oliveira da Silva de Mello, 6.600.000\$00; Jorge Augusto Caetano da Silva José de Mello, 1.000.000\$00; José da Silva José de Mello, 1.000.000\$00 e de outros dez accionistas cada um com 200.000\$00 (Coelho, 1965).

Nos anos que se seguiram, o Banco José Henriques Totta foi criando novas agências e dependências com o fim de expandir as suas transacções e corresponder assim à crescente procura, desse modo o banco possuía a sua sede em Lisboa na Rua Áurea, 69-79, detinha agências no Barreiro e no Rossio a Sul do Tejo e ainda as seguintes dependências em Lisboa: Alvalade, Conde Barão, Duque de Loulé e 24 de Julho. À data da fusão o banco empregava 259 pessoas (Câmara, 1968).

O Conselho de Administração do Banco José Henriques Totta, à data da fusão era composto por Manuel Augusto José de Mello (presidente), Albano Rodrigues de Oliveira, Álvaro Belo Pereira, Francisco Guimarães e Manuel César da Fonseca.

3.4.2 A Origem do Banco Aliança

O Banco Aliança foi fundado no Porto em 1863 por um grupo de negociantes daquela cidade, encabeçado por Francisco José da Silva Torres. O seu capital inicial foi de quatro mil contos, dividido em acções de 60\$00. O Banco detinha o privilégio de poder emitir papel-moeda, à semelhança do que acontecia, nessa altura, com muitos outros estabelecimentos portugueses de crédito.

A primeira sede situava-se num palacete da Rua Belmonte, tendo sido transferida, alguns anos depois, para outro palácio da mesma artéria. A sua rede de correspondentes cobria o País e estendia-se ao estrangeiro, destacando-se os de Lisboa (Henry Burnay e C^a), de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, sendo este, mais tarde, substituído por uma caixa filial, que deu origem ao Banco Aliança do Brasil.

Desde o início o banco esteve envolvido em empreendimentos de grande vulto, nomeadamente, a fundação de uma companhia de seguros e de empresas industriais no sector privado, bem como a participação na construção, e exploração, da linha férrea de Salamanca à fronteira portuguesa e do Porto de Leixões. Interveio com frequência na colocação de empréstimos públicos e privados, não só nacionais como também do Brasil, onde chegou a desfrutar de grande prestígio.

O Banco Aliança resistiu às crises de 1876 e 1892 que deixaram marcas na Banca portuguesa, nunca abalando a confiança dos seus accionistas, que tiveram sempre, mesmo nos anos difíceis, a justa remuneração dos seus capitais e disponibilidade dos seus depósitos, enquanto outras instituições bancárias suspenderam pagamentos em períodos de grande crise (Coelho, 1965).

A actividade do Banco Aliança decorreu de forma regular até 1946, tendo entrado numa fase de rejuvenescimento e progresso a partir daquele ano, evidenciados pelos movimentos das suas contas e pelos lucros das suas gerências, que culminou com a fusão com o Banco José Henriques Totta.

Até a data da Fusão o Banco Aliança tinha apenas um estabelecimento que estava localizado na Av. dos Aliados, no Porto e empregava 59 funcionários. A administração era composta por Adriano de Moraes Guerreiro (Presidente), Carlos Vasco Michon de Oliveira Mourão e Adriano Moraes Seabra. O capital social do banco era de 20.000.000\$00.

3.4.3 A Fusão do Banco José Henriques Totta com o Banco Aliança

Os accionistas dos bancos aprovaram o processo de fusão no início de 1961. No caso do Banco José Henriques Totta a Assembleia Geral Extraordinária realizou-se em 23 de Janeiro de 1961 e a do Banco Aliança realizou-se a 2 de Fevereiro de 1961⁷.

O conteúdo das actas das assembleias supracitadas revela que havia consenso sobre a necessidade de expansão, ou seja, ambos os bancos pretendiam atingir uma projecção nacional. Estavam cientes, no entanto, que esse objectivo só poderia ser alcançado através de um substancial aumento de capital que permitisse fazer face, logo de início, aos encargos e disponibilidades necessárias para a instalação de duas novas dependências privativas, uma em Lisboa (no caso do Banco Aliança) e outra no Porto (no Caso do Banco José Henriques Totta). Assim sendo, as administrações de ambos os bancos decidiram-se pela fusão com a intenção de constituírem uma forte e eficiente unidade bancária com projecção nacional.

A escritura de fusão foi efectuada em 30 de Junho de 1961, nas notas do 18º Cartório Notarial de Lisboa, sendo os seus estatutos publicados no Diário do Governo n.º 182, III Série, de 04 de Agosto de 1961. Entre outras informações, nela consta que o novo capital resultante da fusão, no valor de 70.000.000\$00, é inteiramente liberado e representado pelos diferentes bens e valores do activo constante da escrita e está dividido em 70.000 acções de 1.000\$00 cada. O parágrafo único do Artigo 45º do estatuto do novo banco indica que a proporção foi de uma acção do novo Banco para

⁷ Ver convocatórias no *Jornal do Comércio* de 29 de Dezembro de 1960 e *Comércio do Porto* em 02 de Fevereiro de 1961.

cada quatro acções do Banco Aliança e uma acção para cada unidade de acção do Banco José Henriques Totta.

Não foi encontrada informação pertinente sobre a estrutura accionista do novo Banco, havendo apenas registo de que os possuidores de acções do Banco Aliança podiam efectuar o depósito das suas acções em qualquer uma das agências do novo Banco, afim de serem trocadas pelas acções correspondentes do novo banco resultante da fusão, a partir do dia 23 de Agosto de 1961⁸. Contudo, pode-se inferir que o controlo do Banco se manteve no seio da família Mello e do grupo CUF.

A composição do Conselho de Administração do novo Banco resultou basicamente da junção dos conselhos de Administração dos Bancos anteriores, e ficou assim formada: Manoel Augusto José de Mello (Presidente), Manuel César da Fonseca, Albano Rodrigues de Oliveira, Francisco Guimarães, Álvaro Belo Pereira, Carlos Vasco Michon de Oliveira Mourão e Adriano de Moraes Guerreiro.

A seguir ao processo de fusão, houve lugar à integração de duas estruturas operacionais diferentes em termos de dimensão e modo de funcionamento. A integração da equipa do Porto foi realizada pela equipa liderada por Fernando Mendes (chefe da Secretaria Geral do Banco José Henriques Totta e do Serviço de Pessoal), que foi destacada para o Porto para orientar os serviços contabilísticos e organizativos decorrentes da fusão e objectivou aperfeiçoar tanto o lado profissional da equipa absorvida como também criar um ambiente saudável de relacionamento interpessoal e de trabalho (O Totta, 1988).

Foi criada uma nova estrutura no Porto com dois serviços: um na área de crédito e outro nas áreas de contabilidade e organização de pessoal. Nos anos subsequentes à fusão, a nova Instituição bancária abriu pelo menos 5 agências importantes no Norte, sabendo-se que as chefias foram constituídas por quadros do anterior Banco Aliança. Desta forma, foi possível acompanhar a grande fase de expansão que o Banco experimentou, a nível nacional, na década de 1960, marcado pela abertura de cerca de 40 balcões em 10 anos (1959-1969), (O Totta, 1988).

⁸ Anunciado no *Jornal Comércio* no dia 23 de Agosto de 1961.

4. Avaliação dos efeitos da Fusão

4.1 Aspectos Metodológicos

A literatura indica duas formas de analisar o efeito das F&A, uma através da análise do desempenho operacional (ou desempenho observado) que verifica o desempenho financeiro de uma empresa na sequência de uma fusão e outra através de *event study*⁹, que mede a reacção dos preços das acções da instituição adquirente e da instituição alvo aquando do anúncio da fusão. Alguns autores utilizam ambos os métodos, nomeadamente, Pillof e Santomero (1996) e Costa (2003).

A metodologia seguida para a realização deste estudo tem como base Houston, James e Ryngaert (1999). Segundo os autores, se o desempenho da nova entidade for superior, em termos relativos, ao desempenho histórico de uma amostra de bancos comparáveis, doravante denominado grupo de controlo, e/ou ao desempenho dos bancos antes da transacção, fica constatado que houve ganho subsequente à realização da operação de fusão.

O grupo de controlo utilizado neste estudo é constituído pelos seguintes bancos: Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Banco Português do Atlântico, Banco Pinto & Sotto Mayor, Banco Lisboa & Açores e Banco Borges & Irmão. Estes bancos foram escolhidos no universo do sector bancário português por serem os bancos comerciais mais importantes, em termos de quotas de mercado. Em 1960, este cinco bancos representavam cerca de 49% dos créditos e cerca de 55% dos depósitos do conjunto da banca comercial portuguesa.

A segunda opção de análise não pôde ser realizada, uma vez que o Banco José Henriques Totta não estava cotado em Bolsa; ainda que se verificasse essa situação, tal análise poderia não ser conclusiva, dado que os dados históricos existentes, relativos aos

⁹ Segundo MacKlinlay (1997), os economistas são com frequência questionados acerca da quantificação dos efeitos resultantes de um evento económico, no valor da empresa. A realização de um *event study* torna a medida possível. De acordo com Fridolfsson, Sven-Olof e Stennek (2000) os *event studies* analisam a evolução das cotações das empresas envolvidas em fusões, procurando isolar, nessa evolução, aquilo que se deve à fusão daquilo que resulta de outros factores. Feito isso, faz-se uma análise estatística a fim de apurar o efeito médio das fusões na amostra considerada.

valores das acções dos bancos cotados na época, não sofriam alterações significativas durante longos períodos.

4.1.1 As fontes

O período temporal considerado compreende os anos de 1956 a 1966. Foram utilizados os dados¹⁰ das demonstrações financeiras que incluem Balanço e Demonstração de Resultados, esta última apenas disponível a partir de 1960, quando todos os bancos passaram a ter que apresentar demonstrações financeiras de forma estandardizada de acordo com os decretos lei Nº 39.525 de 02 de Fevereiro de 1954 e 42.641 de 12 de Novembro de 1959. Até 1959, as demonstrações financeiras, Balanço e Conta de Ganhos e Perdas (que eram as demonstrações financeiras exigidas na época), apresentavam pouca uniformização, o que dificultou o processo de comparação entre bancos. Também surgiram outras limitações no que se refere à obtenção de informação contabilística relativamente aos bancos em estudo, nomeadamente:

- A conta de Ganhos e Perdas apresenta pouco detalhe nos anos anteriores a 1960, impossibilitando a obtenção da informação sobre custos e proveitos;
- Os relatórios dos Conselhos de Administração possuem pouca informação;
- A imprensa da época não apresentava uma divulgação pormenorizada dos factos relacionados com as mudanças que ocorriam nas empresas, apenas expondo a publicidade das empresas, ou simplesmente, anúncios relacionados com convocatórias de reuniões ordinárias e extraordinárias;
- A procura de informações/documentos relativos à fusão junto do Banco Santander-Totta, descendente actual do Banco Totta-Aliança, revelou-se infrutífera. Nada do que se tentou averiguar foi conseguido junto do Departamento de Comunicação e Imagem da Instituição que relatou não ter sido possível aceder com sucesso às informações solicitadas.

De salientar que todos os dados estão em escudos, não se tendo procurado fazer a conversão em Euros pelo facto disso não afectar a análise a que o estudo se propõe, que não tem por objectivo conhecer o valor presente da operação.

¹⁰ Os principais dados utilizados estão apresentados no anexo 2.

4.1.2 Indicadores utilizados

A principal ferramenta contabilística para realização da análise financeira é o Balanço, que é um documento que reflecte o património de uma empresa. Assim, a sua sistematização torna possível a interpretação dos elementos que compõem o seu activo, passivo e, por diferença, o capital próprio. O anexo n.º 1 apresenta as sistematizações dos balanços de cada banco e tem como base os seguintes conceitos de agregados contabilísticos:

Activo Financeiro – composto pelas aplicações que proporcionam juro.

Activo Imobilizado – consiste nos diferentes elementos estruturais da instituição financeira.

Activo Diverso – correspondem aos activos que não são incluídos nos agrupamentos acima referidos.

Passivo Financeiro – constitui os custos para a instituição financeira.

Passivo Diverso – contém todas as contas não compreendidas no passivo financeiro.

Capital Próprio – resulta do somatório das contas de Capital, Reservas e contas similares e Resultado líquido do exercício.

Foi ainda realizada a sistematização da Demonstração de Resultados para o período de 1960 a 1966. O facto da demonstração de resultados ter passado a ser obrigatória apenas a partir de 1960 constitui um importante constrangimento dado que a fusão ocorreu logo após, em 1961, dispondo-se apenas de um ano como termo de referência antes da fusão.

A referida sistematização está de acordo com a de Caiado e Caiado (2008), que consiste no apuramento de várias margens de lucro sequenciais, a primeira das quais consiste na margem financeira (MF= juros e comissões a nosso favor - juros e comissões a nosso cargo¹¹).

¹¹ A denominação das rubricas que entram no cálculo das várias margens é a utilizada nas demonstrações de resultados do período em análise.

A margem complementar (MC) é obtida através dos resultados derivados de serviços prestados e de outras operações realizadas fora da actividade creditícia utilizando recursos captados. Para o estudo, especificamente, compreende:

$$MC = \text{Resultados em Operações Cambiais e s/ títulos} + \text{Rendimento de Títulos de Crédito} + \text{Outros Rendimentos, Receitas e Lucros}$$

Deduzindo os outros custos do exercício ao produto bancário, (PB, que é a soma das Margens Financeira e Complementar), obtém-se o resultado antes dos impostos (RAI). Sendo os outros custos do exercício constituídos pelo somatório das seguintes rubricas: Despesas com o pessoal, Despesas Gerais, Encargos diversos, Provisões e Amortizações.

O resultado líquido (RL) obtém-se deduzindo à margem de lucro RAI o valor das contribuições e impostos (IM).

Foram ainda calculados outros parâmetros de avaliação, nomeadamente: Fluxo de caixa (FC= RL + Provisões + Amortizações), Autofinanciamento do exercício (AE= FC- Dividendos) e o valor acrescentado bruto (VAB = Fluxo de Caixa + despesas com o pessoal + Contribuições e impostos).

As Tabelas 1 e 2 apresentam todos os rácios utilizados na análise desse estudo.

Tabela 1 - Indicadores Financeiros

RÁCIO	INDICADOR
Dinheiro em caixa/Depósitos à vista e a prazo	Liquidez imediata
Débitos com clientes/Crédito sobre clientes	Cobertura do créditos pelos depósitos
Passivo financeiro/Activo financeiro	Financiamento do activo financeiro
Capital próprio/Activo total	Autonomia Financeira

Tabela 2 - Indicadores Económicos

RÁCIO	INDICADOR
Resultado Líquido / Capital próprio	Rendibilidade do Capital Próprio
Resultado Líquido/ Activo total	Rendibilidade do Activo
Resultado Líquido/Proveitos totais*	Rendibilidade dos proveitos
Proveitos totais/ Activo total*	Rotação do Activo
Margem financeira/Activo financeiro*	Rendibilidade do Activo financeiro com base na Margem Financeira
Produto Bancário /Activo Financeiro*	Rendibilidade do Activo financeiro com base no Produto bancário
Custos Operacionais/ Produto Bancário	Eficiência
Fluxo de caixa/ Activo total*	Rendibilidade do Activo com base no Fluxo de caixa
Dividendos/Capital social	Rendibilidade Financeira

* Só existe informação de 1960 a 1966 devido às limitações das fontes referidas anteriormente a propósito das demonstrações de resultado.

4.2 Análise empírica

4.2.1 Análise individual dos bancos antes da Fusão

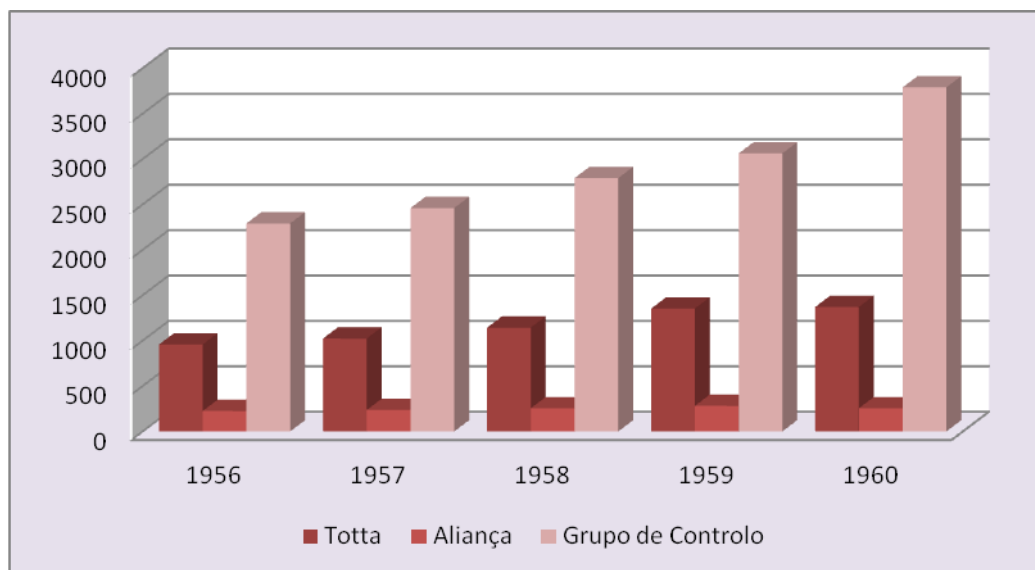
Nesse ponto procura-se caracterizar os dois bancos fusionados em termos de dimensão e dos rácios financeiros e económicos antes do processo de fusão. Para a realização desta análise foram usados dados referentes ao Banco José Henriques Totta e Banco Aliança para o período de 1956 a 1960.

- **Dimensão**

Para estabelecer o *ranking* no caso dos bancos, a nível europeu e mundial, as empresas especializadas adoptam normalmente, como critérios, o activo e o capital próprio. A avaliação da dimensão dos bancos mencionados foi feita com base no activo total. A

análise relativa ao período de 1956-1960 permite observar que a dimensão do Banco José Henriques Totta era superior à do Banco Aliança no período antecedente à fusão (Fig. 2). O activo total do grupo de controlo aqui demonstrado refere-se á média dos cinco bancos nele constituído e aqui são apresentados apenas com o objectivo de relativizar os activos dos bancos envolvidos na fusão com os bancos comerciais mais importantes.

Figura 2 - Activo Total, Totta, Aliança e Média do Grupo de Controlo (10³ contos)



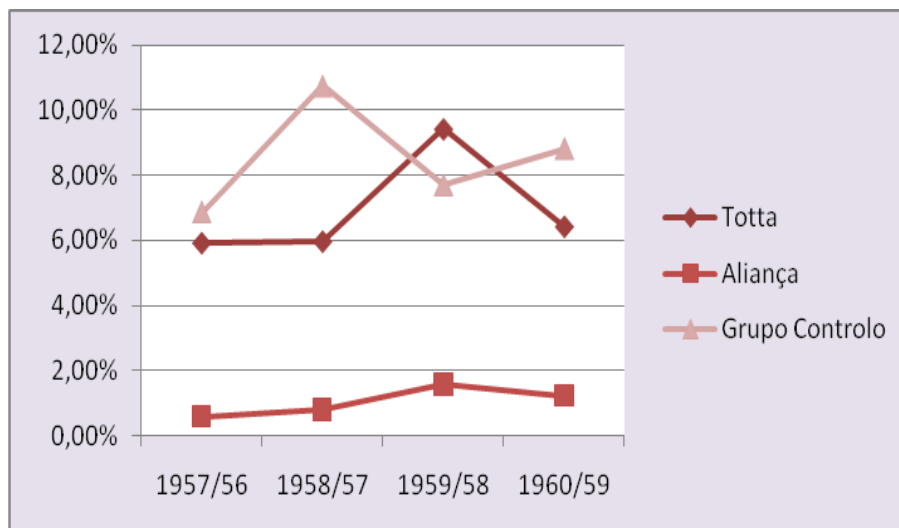
No ano de 1960, ano anterior à fusão, o Banco José Henriques Totta apresentava um activo total de 1.370.547.410\$77, representando menos de 2% do valor do activo total dos bancos comerciais que era cerca de 61.085 mil contos, enquanto o Banco Aliança apresentava um activo total de 255.724.091\$54, valor insignificante dentro da banca comercial portuguesa. Os bancos do grupo de controlo apresentavam, em média, um activo total de 3.790.153.676\$65.

No período anterior à fusão, o capital próprio do Banco José Henriques Totta apresentava uma taxa de crescimento¹² bastante superior à do Banco Aliança, acompanhando o nível de crescimento registado pelo grupo de controlo (Fig.3). Pode-se inferir, portanto, que o Banco Aliança, em termos de ritmo de acumulação de capital próprio, estava aquém dos restantes bancos comerciais.

¹² A taxa de crescimento relativa anual do Capital próprio foi obtida através da fórmula:

$$\frac{(\text{Capital Próprio ano}_n - \text{Capital Próprio ano}_{(n-1)})}{\text{Capital Próprio ano}_{(n-1)}}$$

Figura 3 – Taxa de crescimento do Capital Próprio, Totta, Aliança e Grupo de Controlo de 1956 a 1960



- **Rácios financeiros**

No grupo dos indicadores financeiros a autonomia financeira assume particular relevo, representando o financiamento do activo pelos fundos próprios. Este parâmetro indica o grau de envolvimento financeiro dos sócios no financiamento da sua instituição permitindo, assim, verificar o nível de risco efectivo dos accionistas.

Segundo o Pilar I do Acordo de Basileia II o valor mais favorável para aquele índice é de 8%, na medida em que garante o equilíbrio entre a liquidez (capacidade de honrar os compromissos de curto prazo) e a solvabilidade (associado ao risco de solvência/falência). Se o banco apresenta um rácio de autonomia financeira superior aos 8% pode ser favorecido com um melhor *rating* e melhor *spread* de crédito, mas também significa que não está a utilizar de forma plena os seus recursos, dado que se os mesmos fossem incorporados de forma mais efectiva na actividade corrente do banco gerariam um aumento da margem financeira e possibilitariam a criação de mais valor para a empresa.

A Tabela 3 permite verificar que o Banco José Henriques Totta apresenta índices dentro dos valores aconselháveis pelo Pilar I do Acordo de Basileia II. Já o Banco Aliança apresenta índices de autonomia financeira não aconselháveis, ou seja, superior ao

recomendado e consequentemente detendo recursos que não estavam a ser adequadamente utilizados.

Tabela 3 - Autonomia Financeira, Totta e Aliança 1956-1960

	1956	1957	1958	1959	1960	Média
Totta	9,28%	9,20%	8,72%	8,07%	8,47%	8,75%
Aliança	20,22%	19,38%	18,09%	16,65%	18,55%	18,58%

O índice de liquidez imediata representa a capacidade que uma instituição tem para honrar os seus compromissos financeiros de curto prazo através das suas disponibilidades. O referido rácio tende a ser um compromisso entre o pouco interesse que as Instituições têm em manter recursos financeiros mobilizáveis de reduzida rentabilidade e a necessidade que os Bancos têm em transmitir confiança ao mercado através da redução do risco de insolvência bancária. A liquidez imediata apresentada pelos bancos José Henriques Totta e Aliança é semelhante (Tabela 4). O valor médio durante os cinco anos para cada um dos bancos foi 27% e 25% respectivamente, indicando que ambos tinham capacidade para fazer face a cerca de um quarto dos compromissos financeiros de curto prazo.

Tabela 4 – Liquidez Imediata, Totta e Aliança 1956-1960

	1956	1957	1958	1959	1960	Média
Totta	36%	22%	22%	27%	28%	27%
Aliança	26%	22%	15%	24%	38%	25%

O rácio do passivo financeiro face ao activo financeiro evidencia a relação existente entre os passivos que originam custos e os activos que proporcionam rendimentos e a sua análise, num dado momento. A sua análise permite conhecer a evolução das grandes massas patrimoniais que mais afectam os resultados da instituição em termos de margem financeira. Se o referido rácio for superior a 100% significa que a Instituição está a financiar activos que não rendem juros, logo, com implicações na redução da margem financeira. Tal não é o caso dos Bancos em análise como se pode verificar na

Tabela 5. O Banco José Henriques Totta apresentou, em média, um índice de 91,72%, enquanto que o Banco Aliança apresentou, em média, um índice de 81,36%,

Tabela 5 - Financiamento do Activo Financeiro pelo Passivo Financeiro, Totta e Aliança 1956-1960

	1956	1957	1958	1959	1960	Média
Totta	91,68%	91,70%	92,08%	92,89%	90,25%	91,72%
Aliança	79,78%	80,62%	81,91%	83,35%	81,12%	81,36%

O quociente entre o débito para com clientes (que abrange os depósitos, saques avisados e devedores e credores de moedas nacional e estrangeiras), e o crédito sobre clientes (que abrange a carteira comercial, todos os tipos de empréstimos e as contas correntes caucionadas), é designado por rácio de cobertura de crédito pelos depósitos. A subida ou descida deste não é conclusiva, devendo ser, portanto, complementada pelos rácios entre depósitos à vista e crédito sobre clientes a curto prazo e pelo rácio depósitos a prazo e poupança e crédito a mais de um ano, a fim de que seja possível inferir sobre se a captação de depósito responde à procura de crédito tradicional. As demonstrações financeiras para o período analisado não fazem distinção acerca dos prazos dos créditos a clientes e por isso os rácios complementares não foram calculados. Abaixo, na Tabela 6, pode-se verificar que ambos os bancos apresentam boa cobertura, o que não se pode concluir, no entanto, é se as disponibilidades acontecem aquando do momento da procura. De destacar que nesse índice o Banco José Henriques Totta apresentou maiores valores em três dos cinco anos aqui demonstrados (1956, 1958 e 1959). No entanto, há que mencionar que as demonstrações financeiras não eram estandardizadas, portanto, há certa subjectividade a respeito da forma como foram feitos os cálculos. É possível constatar portanto, que no ano de 1960, o Banco Aliança apresentou um rácio superior ao do Banco José Henriques Totta. Este índice também evidencia, conforme explicado no capítulo 3 deste estudo, que a nível nacional, durante o período analisado, as poupanças eram maiores do que a procura por créditos.

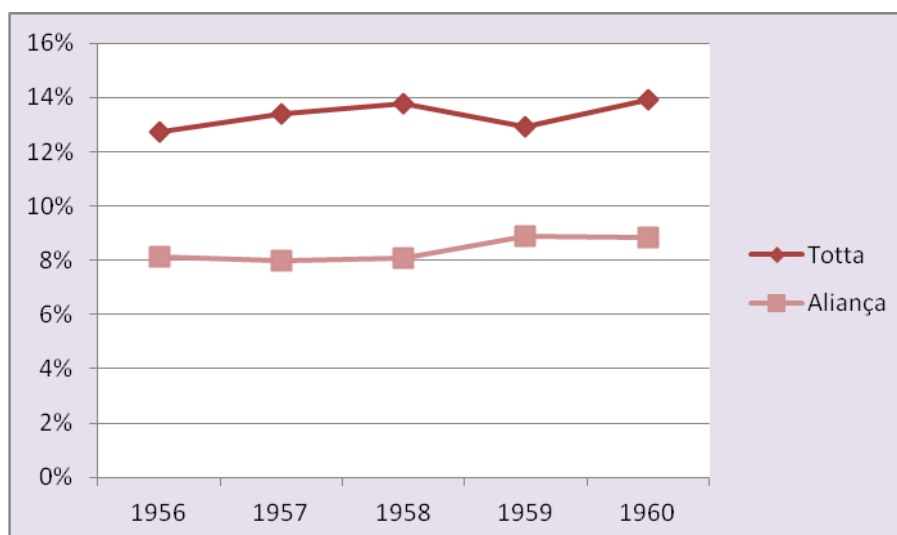
Tabela 6 - Cobertura do crédito pelos depósitos, Totta e Aliança 1956-1960

	1956	1957	1958	1959	1960	Média
Totta	160%	121%	125%	134%	142%	137%
Aliança	108%	126%	112%	121%	163%	126%

- **Rácios económicos**

Os rácios económicos representam instrumentos da análise económica da instituição e são construídos essencialmente com a informação da demonstração de resultados. O rácio da rendibilidade do capital próprio indica a rendibilidade do accionista e assume uma importância determinante na valorização do património da instituição ao longo do tempo. O Banco José Henriques Totta registou, para o período considerado, um melhor desempenho relativamente ao Banco Aliança (Fig.4), evidenciando uma maior vantagem competitiva no que se refere ao aproveitamento das oportunidades de negócios exploradas pelos bancos.

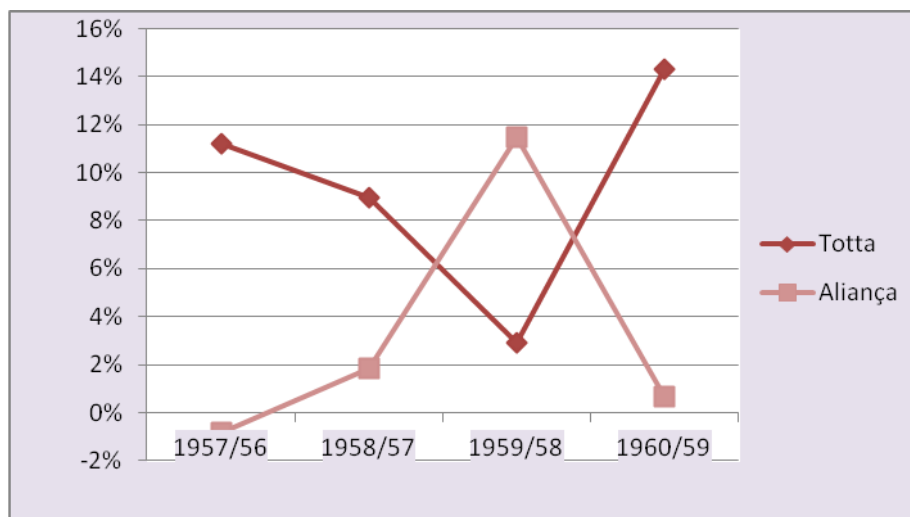
Figura 4- Rendibilidade do Capital Próprio, Totta e Aliança 1956-1960



A informação sobre taxa de crescimento anual dos resultados líquidos não é, por si só, muito significativa, por não estar relacionada com informação adicional que a relativize. No entanto, poderá fornecer, em primeira aproximação, uma perspectiva quanto à evolução do enriquecimento do património dos accionistas. O Banco José Henriques

Totta registou, relativamente ao Banco Aliança, valores superiores para a taxa de crescimento anual do resultado líquido¹³ para o período considerado (Fig.5), exceptuando o ano de 1959.

Figura 5 – Taxa de Crescimento Resultado Líquido, Totta e Aliança de 1956 a 1960



Os valores calculados para a margem financeira (MF), margem complementar (MC), produto bancário (PB), resultado antes dos impostos (RAI), fluxo de caixa (FC), autofinanciamento do exercício (AE) e valor acrescentado bruto (VAB), referem-se ao ano de 1960 e estão consubstanciados na Tabela 7. Não foi possível compará-los com os de anos anteriores devido à falta de detalhes nas demonstrações de resultados dos bancos dos anos anteriores.

Assim sendo, só se pode inferir que o Banco José Henriques Totta apresentava valores de margens bastante superiores aos do Banco Aliança, em grande parte devido à diferença de dimensão existente entre os mesmos.

Tabela 7 – Sistematização da Demonstração de Resultados, Totta e Aliança em 1960 (10³ escudos)

	MF	MC	PB	RAI	FC	AE	VAB
Totta	32.775,28	11.151,83	43.927,11	17.026,92	22.638,87	16.638,87	40.857,18
Aliança	4.856,86	3.437,50	8.294,37	4.656,49	4.224,42	1.884,21	7.900,97

¹³ A taxa de crescimento relativa anual do Resultado Líquido foi obtida através da fórmula:

$$\frac{(\text{Resultado Líquido no ano } n - \text{Resultado Líquido no ano } (n-1))}{\text{Resultado Líquido no ano } (n-1)}$$

Indicam-se, na Tabela 8, os rácios económicos relativos a cada um dos bancos para o ano de 1960. Estes foram os índices que puderam ser calculados dada a informação disponível, de referir que o resultado líquido do Banco Aliança possui maior representatividade tanto relativamente a proveitos totais como ao activo total, face aos mesmos parâmetros do Banco José Henriques Totta. Os restantes índices, excepto o de margem financeira face ao activo financeiro que foi superior para o Banco José Henriques Totta, foram semelhantes naquele ano.

Tabela 8 - Os rácios económicos, Totta e Aliança – 1960

	RL/PT	RL/AT	PT/AT	MF/AF	PB/AF	CF/AT	D/CS
Totta	26,93%	1,25%	4,37%	2,51%	3,36%	1,65%	12,00%
Aliança	39,20%	1,64%	4,18%	2,00%	3,41%	1,65%	11,70%

Concluindo, os cálculos permitem revelar a menor dimensão do Banco Aliança face ao Banco José Henriques Totta. Os índices financeiros calculados para ambos os bancos revelaram ser semelhantes. Os rácios de autonomia financeira foram, no entanto, bastante superiores para o Banco Aliança embora isso possa não significar uma vantagem competitiva. A autonomia financeira é um rácio de endividamento tradicionalmente baixo na actividade bancária, uma vez que a maior parte do activo é constituído por depósitos de clientes.

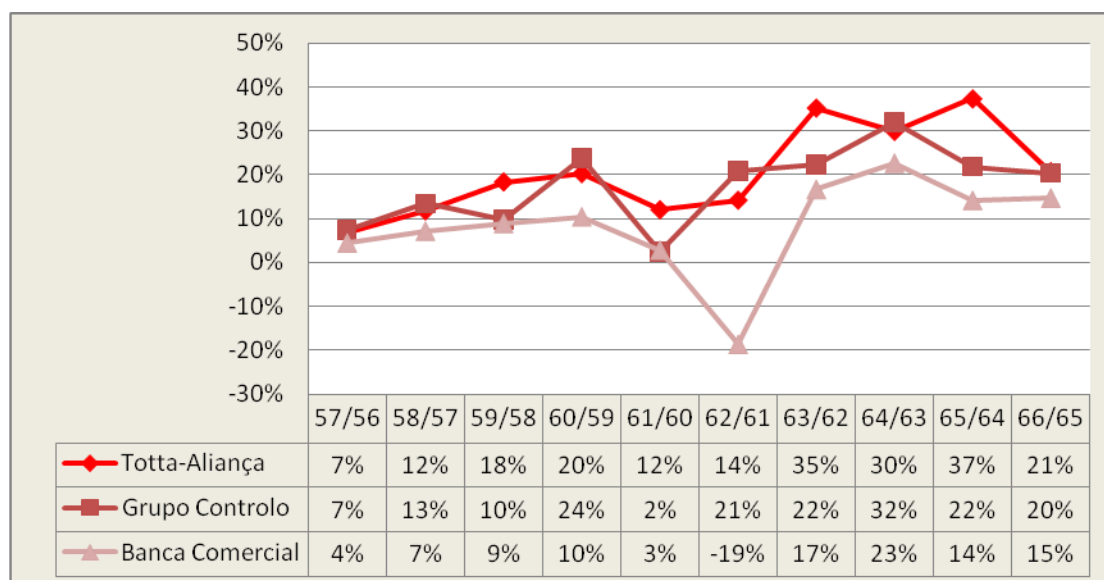
4.2.2 Análise do conjunto Totta-Aliança antes e após a fusão, face ao Grupo de Controlo

Depois de analisados individualmente os bancos, no período que antecedeu a fusão, esta secção é dedicada ao confronto entre o desempenho conjunto dos Bancos José Henriques Totta e Banco Aliança e o desempenho do novo Banco. Como termo de comparação do desempenho utilizou-se o grupo de controlo constituído pelos cinco maiores bancos comerciais (Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Banco Português do Atlântico, Banco Pinto & Sotto Mayor, Banco Lisboa & Açores e Banco Borges & Irmão) e, sempre que houve disponibilidade de dados, incorporou-se à análise o conjunto da banca comercial portuguesa.

- **Dimensão**

A evolução histórica da taxa de crescimento anual do activo total ¹⁴, para os três grupos em análise, está indicada na Figura 6, podendo-se deduzir que, nos períodos anterior e posterior à fusão, tanto o grupo de controlo como os bancos fusionados apresentavam, em regra, uma maior taxa de crescimento do activo total relativamente ao verificado no conjunto da banca comercial portuguesa. De referir, que em quatro anos do período pós fusão o Banco Totta-Aliança apresentou um crescimento superior ao verificado na banca comercial e no grupo de controlo (1961, 1963, 1965 e 1966).

Figura 6 – Taxa de Crescimento Activo Total, Totta-Aliança, Grupo de Controlo e Banca Comercial de 1956 a 1966



Fonte: Valério (2010)

Na Tabela 9 apresentam-se as rubricas: activo, depósitos e créditos dos grupos formados pelo Totta Aliança, Grupo de Controlo e do conjunto da banca comercial, a fim de verificar a variação ocorrida nestes agregados durante o período de 1956 a 1966, excluindo o ano da fusão (1961).

O activo total do Banco Totta-Aliança registou um aumento após a fusão, o mesmo acontecendo com o grupo de controlo e o com o conjunto da banca comercial, no

¹⁴ A taxa de crescimento relativa anual do Activo Total foi obtida através da fórmula:

$$\frac{(\text{Activo total no ano } n - \text{Activo total no ano } (n-1))}{\text{Activo total no ano } (n-1)}$$

entanto, o activo total do Banco Totta-Aliança apresentou maior acréscimo. O valor dos depósitos do primeiro e segundo grupos apresentaram uma melhoria semelhante, superior à variação positiva registada para a banca comercial. No que se refere à rubrica dos créditos o Totta-Aliança apresentou também a melhor variação de entre os três grupos (Tabela 9).

Tabela 9 – As principais rubricas do Totta-Aliança, Grupo de controlo e Banca Comercial (10³ contos)

Rubricas	Totta-Aliança			Grupo de Controlo			Banca Comercial		
	Antes Fusão	Pós fusão	Rácio	Antes Fusão	Pós fusão	Rácio	Antes Fusão	Pós fusão	Rácio
	Média 56-60 (a)	Média 62-66 (b)	b/a	Média 56-60 (c)	Média 62-66 (d)	d/c	Média 56-60 (e)	Média 62-66 (f)	f/e
Activo	1420	3923	2,76	14394	38338	2,66	52.025	70.914	1,36
Depósitos	1122	2754	2,45	11630	28438	2,45	20.714	41.996	2,03
Créditos	656	1707	2,60	8602	19573	2,28	16.899	31.018	1,84

- **Rácios Financeiros**

A síntese dos resultados quanto aos rácios financeiros está apresentada na Tabela 10. Pode-se observar que a autonomia financeira do grupo Totta-Aliança e do grupo de controlo, relativamente ao período anterior e posterior à fusão, sofreu decréscimo. É possível deduzir, portanto, que os bancos, naquela época, se encontravam bastante alavancados, com índices de autonomia financeira abaixo de 8% (índice que mais tarde veio a ser recomendado pelo Acordo de Basileia II).

A relação entre o passivo financeiro e o activo financeiro de ambos os grupos é semelhante em ambos os períodos considerados, apresentando a mesma variação no período pós fusão.

O rácio débito/créditos registou um decréscimo ligeiro para o grupo de controlo e um aumento para os bancos fusionados na sequência da fusão, de referir que os bancos fusionados apresentaram valores superiores para ambos os períodos, evidenciando que o grupo de controlo possui melhor rácio de transformação dos recursos de clientes em crédito relativamente ao grupo fusionado durante todo o período analisado.

A liquidez imediata dos bancos fusionados apresenta valores mais favoráveis relativamente aos do grupo de controlo, para ambos os períodos considerados. No período posterior a fusão ambos os grupos apresentaram decréscimo deste índice sendo o grupo fusionado aquele que apresentou maior decréscimo, no entanto manteve uma liquidez imediata superior àquela do grupo de controlo.

Tabela 10 – Índices Financeiros

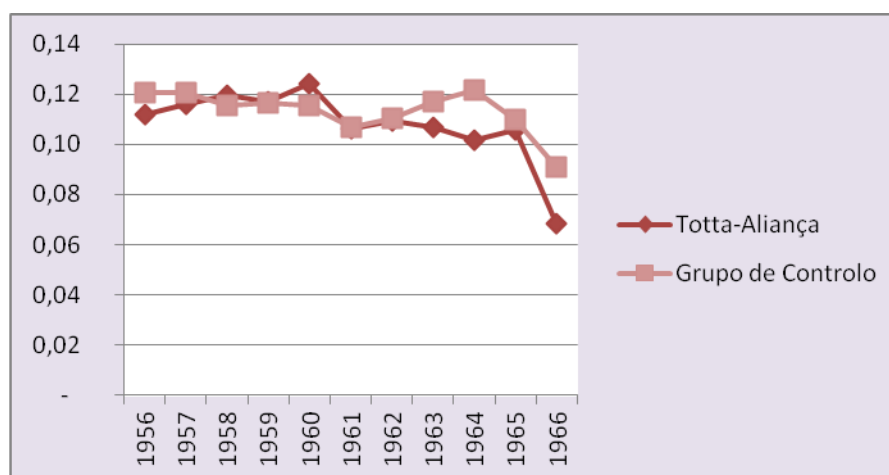
Rubricas	Totta-Aliança			Grupo de Controlo		
	Antes Fusão	Pós fusão	Rácio	Antes Fusão	Pós fusão	Rácio
	Média 56-60 (a)	Média 62-66 (b)	b/a	Média 56-60 (c)	Média 62-66 (d)	d/c
Autonomia Financeira	11%	7%	0,64	7%	5%	0,69
Passivo Fin./ Activo Fin	90%	91%	1,01	92%	94%	1,01
Débito/ Crédito	134%	144%	1,08	133%	131%	0,99
Liquidez Imediata	27%	22%	0,81	21,65%	19,24%	0,89

A análise dos rácios financeiros demonstra que não existiu uma evolução significativamente diferente do Banco José Henriques Totta, face aos maiores bancos comerciais, que possa ser associada ao processo de fusão.

- **Rácios Económicos**

A rendibilidade do capital próprio do Totta-Aliança registou valores semelhantes aos do grupo de controlo, no período que antecedeu fusão (Fig 7), mas piorou o desempenho após a fusão, assim, no período posterior à fusão, o grupo de controlo apresentou melhores índices de rendibilidade do capital próprio.

Figura 7 – Rendibilidade do Capital Próprio Totta-Alliança e Grupo de Controlo de 1956 a 1966



Os índices económicos estão representados na Tabela 11 e registam uma tendência geral para o decréscimo dos rácios em ambos os grupos com excepção para o rácio entre dividendos e capital social onde houve um acréscimo para o grupo Totta-Alliança (tal rácio era semelhante aos valores históricos que o Banco Aliança apresentava até 1960) e para o rácio da rendibilidade do activo, onde houve acréscimo para o grupo de controlo.

O grupo fusionado apresentou resultados superiores no período anterior e posterior à fusão em cinco dos sete índices económicos calculados (RL/PT, MF/AF, PB/AF, FC/AT e D/CS) face ao verificado no grupo de controlo. Os índices de rendibilidade do capital próprio dos grupos analisados são semelhantes no período anterior à fusão, mas no entanto, o grupo de controlo apresentou, no período posterior à fusão, menor decréscimo do que o do grupo fusionado. Relativamente à rendibilidade do activo é possível verificar que os rácios dos grupos analisados eram semelhantes antes da fusão, mas no período posterior à fusão o grupo de controlo apresentou um acréscimo significativo. Os valores para o rácio entre proveitos totais e activo total são superiores para o grupo de controlo, face ao grupo fusionado, após a fusão.

Tabela 11 – Índices Económicos

Indicadores	Totta-Alliança			Grupo de Controlo		
	antes Fusão	pós fusão	rácio	antes Fusão	pós fusão	rácio
	média 56-60 (a)	média 62-66 (b)	b/a	Média 56-60 (c)	média 62-66 (d)	d/c
RL/CP	11,78%	9,84%	0,84	11,77%	10,99%	0,93
RL/AT	0,81%	0,66%	0,82	0,80%	1,00%	1,25

RL/PT	28,79%*	19,83%	0,69	20,22%*	15,28%	0,76
PT/AT	4,34%*	3,32%	0,77	3,61%*	3,58%	0,99
MF/AF	2,43%*	2,33%	0,96	2,20%*	2,15%	0,98
PB/AF	3,37%*	3,09%	0,92	2,92%*	2,75%	0,94
FC/AT	1,65%*	1,00%	0,61	1,24%*	0,52%	0,42
D/CS	9,77%	11,00%	1,13	6,84%	6,29%	0,89

*Valores apenas para o ano de 1960

Sendo:

RL /CP – Resultado líquido / Capital próprio

RL/AT - Resultado líquido / Activo Total

RL/PT – Resultado líquido / Proveito total

PT / AT – Proveito Total / Activo Total

MF / AF – Margem Financeira / Activo Financeiro

PB / AF – Produto bancário / Activo Financeiro

FC / AT – Fluxo de caixa / Activo total

D/CS – Dividendos /Capital social

5. Conclusão

O estudo enquadra-se no campo de investigação das F&A, procurando conhecer as motivações que deram origem à fusão do Banco José Henriques Totta com o Banco Aliança, bem como os efeitos dessa operação para os intervenientes no processo.

A operação de fusão estudada ocorreu em 1961, época em que o sistema financeiro era bastante diferente das condições actuais. Assim sendo, a fusão em estudo ocorreu num momento em que vários bancos procuravam estabelecer uma rede nacional, inclusive os referidos bancos que por serem pequenos em termos de cobertura nacional e/ou número de balcões estavam aquém dos principais bancos comerciais do país.

O cenário político, económico e social da época promovia uma tendência no sentido da concentração de capitais e das actividades afins, para dar resposta aos novos desafios que se colocavam à economia nacional, em resultado da progressiva integração na economia internacional.

As motivações expressas pelos responsáveis dos bancos estavam associadas ao imperativo de crescer em dimensão procurando equiparar-se aos principais bancos comerciais e alcançar projecção nacional. Desse modo, os responsáveis de ambos os bancos concordaram que a fusão era o meio mais adequado para iniciar esse processo.

No que se refere ao desempenho financeiro e económico dos bancos envolvidos na operação de fusão não existe evidência que permita concluir que ocorreram mais-valias resultantes da mesma, uma vez que não há diferença significativa entre o desempenho do Banco Totta-Aliança e do grupo de controlo. Assim sendo, poder-se-á concluir que a fusão do Banco José Henriques Totta com o Banco Aliança foi motivada pelo interesse de expansão dos bancos envolvidos, fundamentado numa razão estratégica e que em termos de dimensão a fusão foi positiva na medida em que nos anos seguintes se verificou que o Banco Totta-Aliança cresceu a taxas superiores à média do grupo de controlo e do conjunto da banca comercial além de ter criado uma rede nacional de balcões.

Em suma o processo de fusão não teve como resultado uma melhoria da eficiência dos bancos fusionados, relativamente ao grupo de controlo, mas também não gerou efeitos negativos, e foi o primeiro passo no aumento de dimensão do Banco Totta-Aliança que viria a tornar-se num dos bancos de maior relevo de Portugal.

6. Bibliografia

- Altunbas, Y., Ibáñez, D. M. (2004), Mergers and Acquisitions and Bank Performance in Europe: The role of strategic similarities, *European Central Bank Working Paper*. Series, No. 398.
- Berger, A., Saunders, A., Scalise, J. M., Udell, G. F. (1997), “The Effects of Bank Mergers and Acquisitions on Small Business Lending”, Consultado em 16 de Janeiro de 2011. <http://ideas.repec.org/p/fth/nystfi/98-007.html>
- Brealey, R. A., Myers, S. C., Allen, F. (2007), *Principles of corporate finance*, São Paulo: McGraw Hill, 8 ed.
- Caiado, A. C., Caiado, J. (2008), *Gestão de instituições financeiras*, Lisboa: Edições Sílabo, 2 ed.
- Câmara, J. S. (1968), *Banco Totta-Aliança: 125º aniversário*, Lisboa: Banco Totta-Aliança.
- Coelho, E. L. (1965), *História do Banco Totta-Aliança*, Lisboa: Banco Totta-Aliança.
- Costa, J. M. N. S. (2003), *Fusões e aquisições bancária: um estudo de caso a aquisição do Banco Português do Atlântico pelo Banco Comercial Português*, Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
- DeLong, G.L. (1999), Stockholder gains from focusing versus diversifying bank mergers, Consultado em 17 de Dezembro de 2010. <http://jfe.rochester.edu/99382.pdf>
- Dymsk, G. A. I (2002), The global bank merger wave: implications for developing countries, Consultado em 16 de Janeiro de 2011. <http://economics.ucr.edu/papers/papers02/02-09.pdf>
- Fridolfsson, S., Stennek, J. (2000), Why Mergers Reduce Profits and Raise Share Prices: a Theory of Pre-Empire Mergers, Consultado em 16 de Janeiro de 2011. http://homepage.univie.ac.at/besim.yurtoglu/papers/p_4.pdf
- Gorton, G., Rosen, R. (1995), Corporate control, portfolio choice, and the decline of banking, *The Journal of Finance*, Vol 50, N.5, pp 1377-1420.
- Guedes, M. A. P. (2004), *Impacto estratégico das fusões e aquisições no sector bancário: o caso B.P.I.*, Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e do Emprego-ISCTE.
- Gupta J., Chevalier A. (2002), Mergers and Acquisitions in the European Banking Sector: The case of BNP and Paribas, Consultado em 02 de Outubro de 2010. <http://mfs.rutgers.edu/MFC/MFC11/mfcindex/files/MFC-177%20GuptaChevalier.pdf>
- Houston, J.F., Ryngaert, M.D. (1994), The overall gains from large bank mergers. *Journal of Banking Finance*, Vol 18, pp 1155–1176.

Houston, J.F., Ryngaert, M.D. (1997), Equity issuance and adverse selection: A direct test using conditional stock offers, *Journal of Finance* Vol 52, pp 197–219.

Houston, J.F., James, C.M. e Ryngaert, M.D. (2001), Where do merger gains come from? Bank mergers from the perspective of insiders and outsiders. *Journal of Financial Economics*, vol. 60, n. 2-3, pp. 285-331.

Kleinert, J. Klodt, H. (2002), Causes and consequences of merger waves. Consultado em 16 de Janeiro de 2011. <http://www.econstor.eu/bitstream/10419/2692/1/kap1092.pdf>

Lipton, M. (2006), Merger Waves in the 19th, 20th and 21th centuries, Consultado em 22 de Outubro de 2010. [http://osgoode.yorku.ca/media2.nsf/58912001c091cdc8852569300055bbf9/1e37719232517fd0852571ef00701385/\\$file/merger%20waves_toronto_lipton.pdf](http://osgoode.yorku.ca/media2.nsf/58912001c091cdc8852569300055bbf9/1e37719232517fd0852571ef00701385/$file/merger%20waves_toronto_lipton.pdf)

Mackinlay, A. C. (1997), Event Studies in Economics and Finance, *Journal of Economic Literature*, Vol. 35, pp. 13–39.

Matos, P. V., Rodrigues, V. (2000), *Fusões e Aquisições – Motivações, efeitos e política*. Lisboa: Principia.

Mata, Eugênia, Valério, N. (2003), *História económica de Portugal. Uma perspectiva global*, Lisboa: Editorial Presença. 2 ed.

Neves, J. C. das (1999), *ABC das fusões e aquisições*, Lisboa: IAPMEI.

O Totta (1988), A fusão do Banco José Henriques Totta com o Banco Aliança. Setembro/Outubro, pp 9-10.

Pillof S. J., Santomero A. M. (1996), The Value effects of bank mergers and acquisitions, Consultado em 16 de Janeiro de 2011. <http://ideas.repec.org/p/wop/pennin/97-07.html>

Remédio, M. (1981), Gestão e Estruturas dos activos e passivos bancários nas décadas de 60 e 70 em Portugal. *Boletim Trimestral, Banco de Portugal*, 3, nº1, Março.

Rhoades, S. A. (1994), A Summary of Merger Performance Studies in Banking, 1980–93, and an Assessment of the ‘Operating Performance’ and ‘Event Study’ Methodologies. Consultado em 17 de Outubro de 2010. <http://www.federalreserve.gov/pubs/staffstudies/1990-99/ss167.pdf>

Ribeiro J.F., Fernandes L. G., Ramos M. M. C. (1987), Grande indústria, banca e grupos financeiros —1953-73, *Análise Social*, vol. XXIII (99), 5.º pp 945-1018.

Ryan, S.J.(1999), Finding value in bank mergers, Consultado em 17 de Outubro de 2010. <http://ideas.repec.org/a/fip/fedhpr/y1999imayp548-552.html>

Ross, S. A.; Westerfield, R. W., Jaffe, J. F. (2002), *Administração financeira: corporate finance*, Atlas. 2 ed

Samuels, J. M., Wilkes, F. M. (1996), *Management of company finance*, London: International Thomson Business, 6, ed

Siam, A. Z. (2009), The Effect of Banks Merger on Electronic Banking Services Competency, *Journal of Social Sciences*, Vol 5, pp 76-79.

Silva, T. F. L. da (2009), *Concentração Bancária em Portugal*. Dissertação de Mestrado, Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e do Emprego-ISCTE.81

Vallascas, F., Hagendorff, J. (2010), The Impact of European Bank Mergers on Bidder Default Risk, *Journal of Banking & Finance*, Vol 35, Abril, pp 902-915.

Valério, N. (2010), *História do sistema bancário português*, Lisboa: Banco de Portugal. Vol II.

Vincenzo, A. Doria, C. Salleo, C.(2006), The motivations for bank takeovers: some empirical evidence from Italy, *Giornale degli Economisti e Annali di Economia*, Volume 64 , N. 4, pp 327-358.

Fontes:

Relatório e Contas Banco José Henriques Totta de 1956 a 1960.

Relatório e Contas Banco Aliança de 1956 a 1960.

Relatório e Contas do Banco Totta-Aliança de 1961 a 1966.

Relatório e Contas do Banco Português do Atlântico de 1956 a 1966

Relatório e Contas do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa de 1956 a 1966.

Relatório e Contas do Banco Pinto & Sotto Mayor de 1956 a 1966.

Relatório e Contas do Banco Lisboa & Açores de 1956 a 1966

Relatório e Contas do Banco Borges e Irmão de 1956 a 1966.

Anexos

Anexo 1- Harmonização dos Balanços dos Bancos

- 1.1 Banco José Henriques Totta (1956-1959):

Activo Financeiro:	Dinheiro em Cofre
	Agentes e Correspondentes no Estrangeiro
Activo Imobilizado	Carteira de Títulos
	Carteira Comercial
Passivo Financeiro	Devedores e Credores Moeda Nacional
	Contas Cauçionadas
Capital Próprio	Agentes e Correspondentes no País
	Depósitos em bancos Nacionais
Passivo Financeiro	Instalações
	Propriedades
Capital Próprio	Depósitos à ordem
	Depósitos a prazo
Passivo Financeiro	Agentes Correspondentes Estrangeiros
	Devedores e Credores Moeda Nacional
Capital Próprio	Devedores e Credores Moeda Estrangeira
	Letras a Pagar
Passivo Financeiro	Fundos de Reserva
	Fundos de Reserva Livre
Capital Próprio	Ganhos e perdas

1.2 Banco Aliança (1956-1959)

Activo Financeiro:	Dinheiro em cofre
	Depósito noutros Bcos à ordem
Activo Imobilizado	Carteira Comercial
	Acções de Cta Própria
Passivo Financeiro	Fundos Flutuantes
	Emprés. e C/C c/ Caução
Capital Próprio	Agências e Correspondentes
	Contas Devedoras
Passivo Financeiro	Dividendos do 1º sem. De 1956
	Imóveis
Capital Próprio	Activo Imobilizado

Passivo Financeiro	Depósitos à ordem Depósitos a prazo Contas credoras
Capital Próprio	Capital Reserva Legal e Estatutária Reserva de Flutuação de Valores Lucros e Perdas

1.3 Banco Português do Atlântico (1956-1959)

Activo Financeiro:	Dinheiro em Cofre Notas e Moedas estrangeiras Banqueiros no Estrangeiro Carteira de Títulos Carteira Comercial Empréstimos Caucionados Agentes e Correspondente no País Devedores e Credores Em moeda Nacional Devedores e credores em moeda Estrangeira Dividendo Antecipado Depósitos noutros Bancos
Activo Imobilizado	Participações Financeiras Propriedades Instalações
Passivo Financeiro	Depósitos à ordem Depósitos a Prazo Saques Avisados Devedores e credores em moeda Nacional Devedores e Credores em moeda Estrangeira
Capital Próprio	Capital Reserva Legal Reserva Variável Especial para flutuações de Valores Resultado Líquido

1.4 Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (1956-1959)

Activo Financeiro:	Dinheiro em Cofre
	Banqueiros no Estrangeiro
	Agentes e Correspondente no País
	Carteira de Títulos (Carteira de Letras descontadas)Carteira Comercial
Activo Imobilizado	Empréstimos Caucionados
	Devedores Diversos
	Dividendo Antecipado
	Depósitos noutros Bancos
Passivo Financeiro	Edifícios
	Instalações
	Depósitos à ordem
	Depósitos a Prazo
Capital Próprio	Saques Avisados
	Credores Diversos
	Dividendos a Pagar
	Capital
	Fundo de Reserva
	Ganhos e Perdas

1.5 Banco Pinto e Sotto Mayor (1956-1959)

Activo Financeiro:	Dinheiro em Cofre
	Bancos no Estrangeiro (Banqueiros no Estrangeiro)
	Correspondente no País (Agentes e Correspondente no País)
	Notas e Moedas estrangeiras
Activo Diverso	Carteira de Títulos
	Carteira Comercial
	Contas Correntes Caucionadas (Empréstimos Caucionados)
	Devedores e Credores em moeda nacional
Activo Imobilizado	Devedores e credores em moeda estrangeira
	Depósitos noutros Bancos
	Dividendo Antecipado
	Contas diversas
Activo Imobilizado	Participações Financeiras
	Propriedades
	Instalações
	Móveis e Utensílios

Passivo Financeiro	Depósitos em Moeda Nacional à ordem
	Depósitos em Moeda Nacional a prazo
	Depósitos em Moeda Estrangeira
	Crédito, Saques e ordens (Saques Avisados)
	Contas diversas
	Correspondentes
	Devedores e Credores em Moeda Nacional
	Devedores e Credores em Moeda Estrangeira
	Capital Próprio
	Capital
	Fundos de Reserva
	Ganhos e Perdas

- 1.6 Banco Lisboa & Açores (1956-1959)

Activo Financeiro:	Dinheiro em Cofre
	Letras Cambiais
	Moedas e Notas
	Carteira de Títulos
	Carteira Comercial
	Empréstimos Cauçionados
	Dividendo Antecipado
	Correspondente no País
	Correspondentes no Estrangeiro
	Devedores e Credores em moeda Nacional
	Devedores e Credores em moeda Estrangeira
	Depósitos noutros Bancos
	Letras a Receber de Conta alheia
	Activo Diverso
	Contas Diversas
	Ministério das Finanças
Activo Imobilizado	Edifícios do Banco
	Mobília e Utensílios
Passivo Financeiro	Dividendos a Pagar
	Depósitos à ordem
	Depósitos a Prazo
	Saques Avisados
	Devedores e Credores em moeda Nacional
	Devedores e credores em moeda Estrangeira
	Correspondentes no país e estrangeiro
	Credores por conta alheia

Capital Próprio	Capital Reserva Legal Reserva Variável Reserva especial para flutuações de Valores Resultado Líquido
------------------------	--

-1.7 Banco Borges e Irmão (1956-1959)

Activo Financeiro:	Dinheiro em Cofre Correspondentes no Estrangeiro Dinheiro no Estrangeiro e letras s estrangeiro Fundos Flutuantes (Carteira de Títulos) Carteira de letras (Carteira Comercial) Agentes e Correspondente no País Devedores Diversos Empréstimos Caucionados Depósitos noutros Bancos
Activo Diverso	Ministério das Finanças
Activo Imobilizado	Propriedades (rendimento) Edifícios da Sede e Agências Instalações
Passivo Financeiro	Depósitos à ordem Depósitos à prazo Credores Diversos Letras a Pagar
Capital Próprio	Capital Reserva Legal Reserva Variável Resultado Líquido

1.8 Todos os Bancos (1960-1966)

Activo Financeiro:	Caixas e Depósitos no Banco de Portugal
	Depósitos noutras Instituições de Crédito
	Promissórias do fomento Nacional
	Correspondentes no Estrangeiro
	Ouro, Moeda e Notas Diversas
	Carteira de Títulos e Cupões
	Carteira Comercial
	Letras no Estrangeiro
	Correspondentes no País
	Empréstimos e Contas Correntes Caucionadas
Activo Diverso	Devedores e Credores
	Empréstimos a mais de um ano
Activo Imobilizado	Contas Diversas
	Outros Valores Realizáveis
	Participações Financeiras
	Imóveis
	Amortizações a deduzir
	Imobilizações Diversas
	Outros Valores Imobilizados
Passivo Financeiro	Amortizações a deduzir
	Depósitos à Ordem -Moeda Nacional
	Depósitos à Ordem -Moeda Estrangeira
	Depósitos com pré-aviso - Moeda Nacional
	Depósitos a prazo - Moeda Nacional
	Depósitos a prazo - Moeda Estrangeira
	Cheques e Ordens a pagar
	Correspondentes no País
	Correspondentes no Estrangeiro
	Empréstimos e Contas Correntes Caucionadas
Passivo Diverso	Devedores e Credores
	Exigibilidades Diversas
Capital Próprio	Contas Diversas e Provisões
	Capital
	Fundo de Reserva Legal
	Reserva de Reavaliação
	Outros Fundos de Reserva
	Saldo do Exercício Anterior
	Resultados do Exercício

Anexo 2 – Informação Contabilística (Valores em escudos)

2.1 Banco José Henriques Totta, Banco Aliança e Banco Totta-Aliança

Activo Financeiro			
	Totta	Aliança	Totta-Aliança
1956	946.892.726,82	224.958.635,97	1.171.851.362,79
1957	1.013.218.959,69	236.167.462,29	1.249.386.421,98
1958	1.133.042.386,50	255.012.819,26	1.388.055.205,76
1959	1.338.559.220,84	281.492.214,09	1.620.051.434,93
1960	1.307.143.535,47	243.421.936,34	1.550.565.471,81
1961			1.528.008.712,46
1962			1.723.912.363,21
1963			2.196.345.878,64
1964			2.862.310.047,71
1965			3.820.467.793,10
1966			4.817.787.410,66

ACTIVO TOTAL			
	Totta	Aliança	Totta-Aliança
1956	956.892.727,82	224.958.835,97	1.181.851.563,79
1957	1.023.218.960,69	236.167.662,29	1.259.386.622,98
1958	1.143.042.387,50	255.013.019,26	1.398.055.406,76
1959	1.352.559.221,84	281.492.414,09	1.634.051.635,93
1960	1.370.547.410,77	255.724.091,54	1.626.271.502,31
1961			1.820.847.335,42
1962			2.078.225.592,25
1963			2.811.302.946,29
1964			3.653.027.428,72
1965			5.017.925.013,55
1966			6.055.795.127,83

PASSIVO FINANCEIRO			
	Totta	Aliança	Totta-Aliança
1956	868.071.039,91	179.464.586,92	1.047.535.626,83
1957	929.128.615,25	190.404.726,69	1.119.533.341,94
1958	1.043.325.970,35	208.882.644,23	1.252.208.614,58
1959	1.243.442.183,70	234.633.660,62	1.478.075.844,32

1960	1.179.658.188,16	197.460.595,45	1.377.118.783,61
1961			1.356.985.023,66
1962			1.561.483.163,31
1963			2.028.341.779,94
1964			2.623.101.349,92
1965			3.468.036.573,02
1966			4.351.213.853,08

CAPITAL PRÓPRIO			
	Totta	Aliança	Totta-Aliança
1956	88.821.687,91	45.494.149,05	134.315.386,96
1957	94.090.345,44	45.762.835,60	139.853.181,04
1958	99.716.417,15	46.130.275,03	145.846.692,18
1959	109.117.038,14	46.858.653,47	155.975.691,61
1960	116.138.873,57	47.435.725,39	163.574.598,96
1961			167.873.772,34
1962			170.676.936,97
1963			189.162.240,66
1964			246.013.814,63
1965			255.537.546,27
1966			410.045.374,96

CAPITAL SOCIAL			
	Totta	Aliança	Totta-Aliança
1956	50.000.000,00	20.000.000,00	70.000.000,00
1957	50.000.000,00	20.000.000,00	70.000.000,00
1958	50.000.000,00	20.000.000,00	70.000.000,00
1959	50.000.000,00	20.000.000,00	70.000.000,00
1960	50.000.000,00	20.000.000,00	70.000.000,00
1961			70.000.000,00
1962			70.000.000,00
1963			70.000.000,00
1964			150.000.000,00
1965			150.000.000,00
1966			250.000.000,00

DIVIDENDOS			
	Totta	Aliança	Totta-Aliança
1956	4.000.000,00	2.340.210,00	6.340.210,00

1957	4.000.000,00	2.340.210,00	6.340.210,00
1958	4.000.000,00	2.340.210,00	6.340.210,00
1959	4.500.000,00	2.340.210,00	6.840.210,00
1960	6.000.000,00	2.340.210,00	8.340.210,00
1961			8.340.210,00
1962			8.400.000,00
1963			10.500.000,00
1964			15.000.000,00
1965			15.000.000,00
1966			20.000.000,00

RESULTADO LÍQUIDO			
	Totta	Aliança	Totta-Aliança
1956	11.321.687,91	3.694.149,05	15.015.836,96
1957	12.590.345,44	3.662.835,60	16.253.181,04
1958	13.716.417,15	3.730.275,03	17.446.692,18
1959	14.117.038,14	4.158.653,47	18.275.691,61
1960	16.138.873,57	4.185.725,39	20.324.598,96
1961			17.873.772,34
1962			18.676.936,97
1963			20.162.240,66
1964			25.013.814,63
1965			27.037.546,27
1966			28.045.374,96

PROVEITOS TOTAIS			
	Totta	Aliança	Totta-Aliança
1956			
1957			
1958			
1959			
1960	59.923.381,15	10.676.676,34	70.600.057,49
1961			76.092.450,02
1962			78.116.467,63
1963			92.895.151,52
1964			110.957.553,87
1965			155.842.583,56
1966			205.830.198,28

DEPÓSITOS

	Totta	Aliança	Totta-Aliança
1956	681.096.983,08	169.550.864,93	850.647.848,01
1957	797.453.709,22	183.985.378,15	981.439.087,37
1958	909.628.955,02	196.193.315,23	1.105.822.270,25
1959	1.106.034.962,28	221.021.960,18	1.327.056.922,46
1960	1.155.163.512,20	190.722.714,16	1.345.886.226,36
1961			1.289.667.323,57
1962			1.522.878.654,09
1963			2.005.062.628,24
1964			2.540.941.555,40
1965			3.479.609.662,57
1966			4.223.359.449,33

CRÉDITO- CARTEIRA COMERCIAL, C/C CAUCIONADAS E EMPRÉSTIMO MAIS DE UM ANO

	Totta	Aliança	Totta-Aliança
1956	381.603.742,64	100.358.405,91	481.962.148,55
1957	530.812.897,48	86.066.728,35	616.879.625,83
1958	558.907.360,07	134.629.807,08	693.537.167,15
1959	609.605.518,28	135.955.736,87	745.561.255,15
1960	630.332.983,43	111.888.293,33	742.221.276,76
1961			728.149.647,58
1962			841.248.947,42
1963			989.286.047,33
1964			1.443.911.086,67
1965			2.296.594.552,60
1966			2.962.065.460,63

2.2 Banco Português do Atlântico

	ACTIVO FINANCEIRO	ACTIVO TOTAL	PASSIVO FINANCEIRO
1956	1.916.158.065,68	1.936.962.844,53	1.790.943.622,10
1957	2.245.190.710,13	2.265.989.488,98	2.113.954.592,26
1958	2.826.896.303,37	2.847.830.081,22	2.682.162.895,85
1959	3.183.389.504,93	3.204.323.282,78	3.021.388.754,18
1960	3.724.876.252,61	3.863.107.380,14	3.527.628.524,63
1961	3.853.611.785,75	4.015.451.547,90	3.612.070.535,79
1962	4.755.079.992,53	4.955.552.962,92	4.482.704.415,77
1963	6.166.874.318,11	6.362.897.066,82	5.844.320.580,93

1964	8.196.489.441,14	9.475.854.127,27	7.874.102.696,12
1965	10.382.942.098,14	12.208.607.973,55	10.063.203.069,72
1966	12.318.930.469,45	14.587.814.188,49	11.708.468.314,14

	CAPITAL PRÓPRIO	CAPITAL SOCIAL	DIVIDENDOS
1956	146.019.222,43	75.000.000,00	4.500.000,00
1957	152.034.896,72	75.000.000,00	4.482.000,00
1958	165.667.185,37	75.000.000,00	4.500.000,00
1959	182.934.528,60	75.000.000,00	4.500.000,00
1960	233.105.214,20	100.000.000,00	8.000.000,00
1961	253.414.322,80	100.000.000,00	8.000.000,00
1962	277.639.903,70	100.000.000,00	10.000.000,00
1963	303.925.342,00	200.000.000,00	16.000.000,00
1964	338.804.013,30	200.000.000,00	18.000.000,00
1965	423.329.653,60	250.000.000,00	22.500.000,00
1966	707.310.004,80	400.000.000,00	36.000.000,00

	RESULTADO LÍQUIDO	PROVEITOS TOTAIS	DEPÓSITOS	CRÉDITO
1956	16.019.222,43		1.604.338.528,11	1.073.373.942,02
1957	17.034.896,72		1.810.998.669,74	1.279.509.433,53
1958	20.667.185,37		2.255.953.392,55	1.635.303.929,70
1959	26.934.528,60		2.730.532.242,65	1.937.071.679,63
1960	30.605.214,20	149.875.389,10	3.379.733.449,90	2.211.119.049,79
1961	30.914.322,80	171.138.603,89	3.459.828.127,33	2.373.797.532,95
1962	35.139.903,70	200.768.862,00	4.212.541.096,18	2.851.906.591,02
1963	41.425.342,00	243.557.237,58	5.656.871.350,28	3.483.957.330,32
1964	48.132.469,20	313.959.867,45	7.638.293.964,06	4.923.398.463,04
1965	52.829.653,60	411.608.037,94	9.307.843.929,53	6.197.817.593,79
1966	59.664.004,80	479.941.250,37	10.979.092.577,72	7.121.529.856,33

2.3 Banco Espírito Santo

	ACTIVO FINANCEIRO	ACTIVO TOTAL	PASSIVO FINANCEIRO
1956	4.842.066.227,36	4.843.253.927,36	4.489.164.061,16
1957	5.025.004.913,17	5.026.192.613,17	4.654.177.459,39
1958	5.552.440.418,12	5.553.565.618,12	5.121.001.371,55
1959	5.847.995.880,88	5.849.183.580,88	5.391.121.427,59
1960	6.100.601.876,21	6.768.406.796,67	5.431.242.472,75

1961	5.937.899.571,28	6.562.195.847,32	5.258.548.393,52
1962	6.466.461.674,01	7.202.060.911,65	5.779.946.589,71
1963	6.996.326.468,02	7.700.199.954,06	6.260.475.297,33
1964	8.450.334.086,73	9.352.318.495,88	7.730.308.240,73
1965	9.605.542.992,42	10.970.772.491,16	8.810.764.471,88
1966	10.942.017.496,50	12.446.713.770,50	10.156.350.668,47

	CAPITAL PRÓPRIO	CAPITAL SOCIAL	DIVIDENDOS
1956	352.902.366,20	200.000.000,00	12.000.000,00
1957	370.827.653,78	200.000.000,00	12.000.000,00
1958	431.439.246,57	200.000.000,00	12.000.000,00
1959	456.874.653,29	200.000.000,00	12.000.000,00
1960	478.450.427,23	200.000.000,00	12.000.000,00
1961	482.595.621,31	200.000.000,00	12.000.000,00
1962	487.483.601,66	200.000.000,00	12.000.000,00
1963	548.372.609,50	200.000.000,00	12.000.000,00
1964	568.348.912,22	320.000.000,00	11.200.000,00
1965	674.003.017,16	320.000.000,00	11.200.000,00
1966	693.502.966,40	320.000.000,00	11.200.000,00

	RESULTADO LÍQUIDO	PROVEITOS TOTAIS	DEPÓSITOS	CRÉDITO
1956	45.902.366,20		4.067.057.531,75	2.455.625.992,86
1957	49.827.653,78		4.276.497.749,32	2.689.582.009,75
1958	50.439.246,57		4.730.937.703,46	2.962.103.958,35
1959	50.874.653,29		5.057.250.200,57	3.248.069.055,44
1960	52.450.427,23	261.792.798,47	5.121.667.337,82	3.494.191.850,70
1961	52.595.621,31	271.890.852,67	4.895.601.598,09	3.429.818.685,60
1962	50.483.601,66	289.962.637,77	5.585.849.633,91	3.575.040.296,68
1963	53.372.609,50	327.582.319,45	6.055.824.251,54	3.930.996.433,66
1964	55.348.912,22	364.372.141,58	7.598.294.836,66	5.018.346.849,62
1965	55.883.557,88	468.628.472,13	8.408.816.376,59	6.196.497.386,48
1966	57.383.507,12	573.952.017,51	9.686.394.195,25	6.465.468.298,00

2.4 Banco Pinto & Sotto Mayor

	ACTIVO FINANCEIRO	ACTIVO TOTAL	PASSIVO FINANCEIRO
1956	1.044.250.486,19	1.066.954.326,37	984.940.609,40
1957	1.041.568.865,24	1.067.061.248,20	969.001.798,62
1958	1.213.781.901,32	1.242.924.967,16	1.138.868.842,14

1959	1.287.855.247,57	1.316.903.101,35	1.198.401.499,31
1960	2.043.978.692,11	2.079.626.919,41	1.927.639.411,28
1961	2.123.175.305,41	2.726.162.609,78	1.959.151.568,93
1962	3.207.806.071,50	4.056.162.851,26	2.900.448.732,34
1963	4.736.790.249,72	6.002.000.741,10	4.416.017.063,28
1964	6.256.008.572,66	8.323.890.787,18	5.954.351.517,60
1965	7.831.438.288,66	10.457.765.890,22	7.474.558.514,94
1966	9.854.840.845,82	13.762.092.582,69	9.478.375.456,22

	CAPITAL PRÓPRIO	CAPITAL SOCIAL	DIVIDENDOS
1956	82.013.716,97	45.000.000,00	4.500.000,00
1957	98.059.449,58	45.000.000,00	4.500.000,00
1958	104.056.125,02	45.000.000,00	4.950.000,00
1959	118.501.602,04	45.000.000,00	4.950.000,00
1960	126.543.528,10	45.000.000,00	3.000.000,00
1961	182.476.478,98	90.000.000,00	4.500.000,00
1962	198.978.859,49	90.000.000,00	4.500.000,00
1963	235.868.628,73	90.000.000,00	7.200.000,00
1964	331.817.901,35	200.000.000,00	12.000.000,00
1965	432.353.159,60	250.000.000,00	12.000.000,00
1966	621.129.888,62	500.000.000,00	12.500.000,00

	RESULTADO LÍQUIDO	PROVEITOS TOTAIS	DEPÓSITOS	CRÉDITO
1956	12.013.716,97		867.704.773,73	601.602.159,81
1957	13.059.449,58		888.163.613,76	646.749.785,38
1958	14.056.125,02		1.064.444.946,01	772.601.195,24
1959	14.501.602,04		1.100.715.531,70	836.576.672,19
1960	16.543.528,10	64.838.932,36	1.819.543.529,74	1.295.481.689,57
1961	17.476.478,98	88.256.283,04	1.848.912.836,10	1.362.518.975,00
1962	23.978.859,49	128.700.360,76	2.741.667.252,21	2.176.407.915,52
1963	35.868.628,73	185.999.566,12	4.215.763.841,18	3.108.938.800,55
1964	51.817.901,35	252.442.824,81	5.655.791.941,09	4.157.146.814,66
1965	52.353.159,60	320.466.314,91	7.200.701.206,64	4.955.437.463,37
1966	56.129.888,62	392.345.343,09	9.190.015.385,92	5.770.763.935,36

2.5 Banco Lisboa & Açores

	ACTIVO FINANCIERO	ACTIVO TOTAL	PASSIVO FINANCIERO
1956	1.798.891.522,84	1.853.246.997,76	1.526.630.738,79
1957	1.886.515.094,92	1.946.303.045,20	1.574.014.332,92

1958	1.967.700.767,73	2.028.124.657,37	1.663.793.929,53
1959	2.319.999.230,58	2.385.123.783,38	1.973.650.268,97
1960	2.194.916.830,43	2.807.466.206,98	1.990.878.354,34
1961	2.040.328.095,28	2.616.459.747,68	1.819.966.212,59
1962	2.438.420.017,67	3.085.831.343,62	2.214.669.302,68
1963	2.738.099.640,11	3.502.120.500,53	2.525.392.752,67
1964	3.207.804.766,69	3.998.340.483,26	2.929.573.718,15
1965	3.648.450.359,38	4.431.579.561,71	3.346.316.767,34
1966	4.225.954.175,24	5.280.292.834,02	3.913.849.083,77

	CAPITAL PRÓPRIO	CAPITAL SOCIAL	DIVIDENDOS
1956	159.158.844,20	80.000.000,00	6.400.000,00
1957	169.750.246,08	80.000.000,00	6.400.000,00
1958	180.532.324,09	80.000.000,00	6.400.000,00
1959	193.233.484,92	80.000.000,00	8.000.000,00
1960	201.102.717,98	80.000.000,00	8.000.000,00
1961	207.343.325,27	80.000.000,00	8.000.000,00
1962	214.025.867,18	80.000.000,00	8.000.000,00
1963	220.091.718,00	80.000.000,00	8.000.000,00
1964	268.807.100,94	200.000.000,00	8.800.000,00
1965	283.335.522,96	200.000.000,00	11.324.352,00
1966	345.416.466,57	226.691.200,00	13.601.472,00

	RESULTADO LÍQUIDO	PROVEITOS TOTAIS	DEPÓSITOS	CRÉDITO
1956	18.158.844,20		1.368.596.089,72	1.120.272.022,77
1957	18.250.246,08		1.435.835.735,70	3.317.985.536,98
1958	18.532.324,09		1.527.365.474,95	1.249.492.681,31
1959	20.233.484,92		1.764.020.984,15	1.554.655.122,36
1960	21.102.717,98	97.775.019,89	1.871.925.369,62	1.489.733.370,85
1961	19.343.325,27	98.804.678,89	1.690.599.926,13	1.416.491.247,95
1962	20.025.867,18	111.111.206,07	2.065.593.108,32	1.642.573.697,82
1963	19.991.718,00	122.549.881,94	2.468.444.072,35	1.834.121.468,73
1964	20.807.100,94	143.780.324,73	2.771.358.360,76	2.135.478.346,28
1965	24.835.522,96	173.298.930,70	3.186.367.253,24	2.454.299.252,23
1966	25.416.466,57	204.556.854,92	3.718.600.792,75	2.872.119.527,07

2.6 Banco Borges e Irmão

	ACTIVO FINANCEIRO	ACTIVO TOTAL	PASSIVO FINANCEIRO
1956	1.722.188.033,87	1.755.283.433,87	1.631.574.890,27
1957	1.963.492.247,55	1.996.587.647,55	1.864.324.820,95
1958	2.246.694.248,15	2.280.255.944,85	2.139.627.899,15
1959	2.246.694.248,15	2.554.679.369,67	2.405.213.984,54
1960	2.862.834.530,00	3.432.161.080,06	2.711.918.579,33
1961	2.839.792.775,77	3.498.170.694,36	2.690.312.884,37
1962	3.303.370.020,07	4.174.269.595,28	3.217.758.231,11
1963	3.980.454.529,21	5.149.527.793,74	3.869.067.531,63
1964	5.047.421.153,00	6.714.369.208,58	4.885.010.453,32
1965	6.186.238.847,95	8.054.078.781,59	5.939.709.814,64
1966	7.117.833.962,21	9.433.108.360,03	6.822.594.683,52

	CAPITAL PRÓPRIO	CAPITAL SOCIAL	DIVIDENDOS
1956	123.708.543,60	75.000.000,00	3.000.000,00
1957	132.362.826,60	75.000.000,00	3.000.000,00
1958	140.628.045,70	75.000.000,00	6.000.000,00
1959	149.465.385,13	75.000.000,00	6.000.000,00
1960	158.988.659,33	75.000.000,00	3.000.000,00
1961	168.029.142,76	75.000.000,00	3.000.000,00
1962	177.650.702,21	75.000.000,00	3.000.000,00
1963	189.982.184,71	75.000.000,00	4.500.000,00
1964	207.709.769,54	150.000.000,00	6.000.000,00
1965	287.035.932,29	150.000.000,00	9.000.000,00
1966	316.384.508,27	150.000.000,00	9.000.000,00

	RESULTADO LÍQUIDO	PROVEITOS TOTAIS	DEPÓSITOS	CRÉDITO
1956	12.208.543,60		1.326.450.696,03	1.030.713.738,84
1957	13.362.826,60		1.515.132.293,35	1.206.350.494,43
1958	14.128.045,70		1.809.764.626,88	1.429.164.968,34
1959	15.465.385,13		2.160.723.661,49	1.648.061.868,10
1960	17.488.659,33	109.114.352,21	2.595.116.363,07	1.826.242.104,52
1961	18.029.142,76	120.167.440,97	2.570.335.363,41	1.777.264.559,14
1962	20.150.702,21	136.795.825,97	3.086.315.045,91	2.133.812.137,39
1963	24.482.184,71	172.025.947,54	3.707.374.265,38	2.680.436.175,72
1964	32.209.769,54	217.359.887,64	4.716.728.286,40	3.369.483.716,96
1965	44.535.932,29	303.330.785,91	5.792.171.015,45	4.182.598.009,77
1966	45.384.508,27	283.966.248,45	6.545.566.217,47	4.626.529.447,10